



N.º 13

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA  
REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE  
ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS /  
DO MANDATO 2021/2025.**

1 Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e dez  
2 minutos, no Palácio D. Manuel, reuniu a Assembleia Municipal de Évora com a seguinte  
3 **Ordem do Dia:**

4  
5  
6 **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**

7  
8 **II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**

9 A) Proposta de aprovação da Ata nº 11 de 28-02-2023.

10  
11 **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.**

12 Nos termos da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta os seguintes  
13 pontos:

- 14 1. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como a  
15 situação financeira do mesmo. – Para conhecimento.
- 16 2. Atribuição de dominialidade pública a troço na Estrada dos Aliados, na União  
17 das Freguesias de Bacelo e Senhora da Saúde.
- 18 3. Atribuição de dominialidade pública a troço na Tapada do Esquinaleiro.
- 19 4. Celebração de Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia  
20 para o ano de 2023. (A documentação está condicionada à sua aprovação na  
21 próxima Reunião Pública de Câmara do dia 26 de abril).
- 22 5. Documentos da Prestação de Contas 2022. (A documentação está  
23 condicionada à sua aprovação na próxima Reunião Pública de Câmara do dia  
24 26 de abril).
- 25 6. Alteração Orçamental Modificativa aos Documentos Previsionais de 2023 —  
26 Integração do Saldo de Gerência. (A documentação está condicionada à sua  
27 aprovação na próxima Reunião Pública de Câmara do dia 26 de abril).
- 28 7. Regulamento do serviço de Atendimento e Acompanhamento Social do  
29 Município de Évora.

30  
31 **IV – PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.**

32  
33 Aberta a sessão, o **Presidente da Assembleia Municipal** cumprimentou o senhor Presidente  
34 da Câmara, os senhores Vereadores, os deputados Municipais, o público presente, os que  
35 seguem remotamente e todos os funcionários e técnicos que acompanham a Sessão.

36  
37 Estiveram presentes os membros da Mesa:

38 **Presidente - Jorge Quina Ribeiro de Araújo**

39 **1º Secretário - Mário Augusto Bragado Monginho** (em substituição de Ananias Delfim  
40 Courelas Quintano)

41 **2ª Secretária - Maria da Nazaré Pereira Lança**

42

1 O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à chamada dos deputados municipais  
2 eleitos, verificando-se as seguintes presenças e ausências:

3  
4 **Presentes:**

- 5 - Maria Clara Canotilho Grácio  
6 - Diogo Costa Freitas Pestana de Vasconcelos  
7 - Luísa de Jesus Godinho Fialho Oliveira (em substituição de Paula Cristina Nobre de  
8 Deus)  
9 - Maria Paula Alves Bagio Cadete Pita (em substituição de João Manuel Fialho de Sousa)  
10 - Maria Elmina Gouveia Barreira Lopes  
11 - Ana Raquel Simões de Abreu Taboleiros  
12 - Natanael José Carvalho da Vinha  
13 - José Maria Rodrigues Figueira  
14 - Ana Beatriz Mayorga Perez Cardoso  
15 - Paulo José Veiga Ribeiro (em substituição de Maria Cristina Correia Santos Mata)  
16 - Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira  
17 - Lília Graciete Zambujo Fidalgo  
18 - Maria João Marques Sousa Candeias (em substituição de João Gonçalo Rebelo  
19 Fernandes Costa)  
20 - Gertrudes da Conceição Gomes Pastor  
21 - Luís Maria Nunes dos Santos  
22 - Bruno Manuel dos Santos Martins  
23 - Helena Isabel Coelho Imaginário (em substituição de Joaquim José Pombinho Faria)  
24 - António João Tonaco Gavela  
25 - Luís Carlos Fialho Pardal  
26 - Francisco Manuel Branco de Brito  
27 - Sílvia Margarida Canha Balicha Mira (em substituição de Bernarda Julieta da Noite  
28 Cota)  
29 - Florinda da Conceição Mendes Carvalho Russo  
30 - Vasco Rafael Riço Casbarra (em substituição de Joaquim António Filipe Pimpão)  
31 - Redolfo Constantino Pereira  
32 - José Vitorino Piteira  
33 - Luís Miguel Caeiro Nico Ramalho  
34 - Vítor Manuel Marques Vaqueira (em substituição de Lúcio Gabriel Ludovico Guerreiro)  
35 - Isidro José de Oliveira Lobo

36  
37 **Ausentes:**

- 38 - Luís Filipe Braguez Caldeirinha Roma  
39 - David Miguel Mirrado Lopes  
40

41 A Câmara Municipal fez-se representar por:

- 42 - Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá  
43 - João Leocádio Correia Ricardo (em substituição de José Gabriel Paixão Calixto)  
44 - Lurdes Judite Dionísio Pratas Nico  
45 - Patrícia José Correia Raposinho  
46 - Florbela da Luz Descalço Fernandes  
47

48 **Ausentes:**

- 49 - Alexandre Manuel Rosa Varela  
50 - Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim-Sim  
51  
52

## 1 I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

2  
3 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao período de intervenção do público  
4 questionando se alguém pretendia usar da palavra e não havendo nenhum pedido de  
5 intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal** usou da palavra para prestar as  
6 seguintes informações:

7 - Foi recebida a resposta da Direção Geral das Autarquias Locais sobre o pedido de  
8 verificação da legalidade, ou da conformidade com a lei, do Regimento que aprovaram  
9 recentemente, que informa que “não pode aquela Direção Geral dar resposta aos pedidos de  
10 aconselhamento jurídico sendo que cabe às Comissões de Coordenação e Desenvolvimento  
11 Regional prestar apoio técnico às Autarquias Locais e suas associações, pelo que o pedido  
12 de parecer em causa poderá ser endereçado à CCDR Alentejo”.

13 - Manifestou as suas congratulações à Câmara Municipal, na pessoa do senhor Presidente  
14 Carlos Pinto Sá, pela excelente ocasião de subscrever um protocolo com a Câmara Municipal  
15 de Liepaja da Letónia, cidade que, como Évora, é também Cidade Capital da Cultura 2027  
16 e aquele protocolo vai ser extraordinariamente útil para a prossecução da nossa preparação  
17 para essa data.

18 - Propôs à Assembleia o convite ao Presidente da EDIA para uma Audição, considerando as  
19 alterações climáticas e a previsão de que a situação venha a piorar, para terem a opinião de  
20 quem faz a gestão do consumo da água, de quem tem a gestão da água do Alqueva, e explicar  
21 quais são os critérios que a EDIA tem em mente para gerir a água disponível nos próximos  
22 tempos.

23 - Propôs também à Assembleia o convite ao Arquiteto Carrilho da Graça para uma Audição,  
24 no sentido de saberem em que medida o urbanismo pode responder às alterações climáticas,  
25 quais são as medidas possíveis que se praticam no mundo inteiro, seria interessante a ouvi-  
26 lo sobre aquela matéria

27 Sobre as propostas apresentadas, o **Presidente da Assembleia Municipal** questionou os  
28 presentes se estavam de acordo com a realização daquelas audições.

29  
30 **O deputado Francisco Brito** saudou todos os presentes e sugeriu que o tema com o  
31 Arquiteto Carrilho da Graça fosse circunscrito ao Concelho, nomeadamente, como é que se  
32 pode adaptar melhor o urbanismo às alterações climáticas,

33  
34 **A deputada Clara Grácio** começou por cumprimentar todos os presentes e disse que  
35 concorda com as propostas, mas seria importante convidar mais pessoas, pelo que sugeriu  
36 que a organização fosse feita na Conferência de Representante.

37  
38 Dando continuidade, o **Presidente da Assembleia Municipal** recordou que, na sequência  
39 da alteração do Regimento, a documentação seguiu para todos por via postal e solicitou que  
40 quem pretenda receber apenas por via digital o comunique, por e-mail, aos serviços.

41  
42 **A deputada Elmina Lopes** lembrou que o Regimento ainda não foi objeto de parecer  
43 jurídico e instou a que se prossiga no sentido de obter um parecer jurídico, porque continuam  
44 com dúvidas acerca da legalidade dos itens que apontaram.

45  
46 Prosseguindo a sua intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento  
47 de que o senhor deputado Luís Roma apresentou a sua renúncia ao Mandato, pelo que será  
48 feito o processo da sua substituição, nos termos da Lei.

49 Sobre as próximas Sessões da Assembleia, referiu que na Conferência de Representantes foi  
50 acordado serem na Freguesia Nossa Senhora de Machede e na Freguesia de São Manços.

1 Relembrou o envio da sugestão de criação da Assembleia Municipal Jovem, que foi acolhida  
2 na Conferência de Representantes, para ponderação sobre a sua criação e melhoramento do  
3 documento.

4  
5 **O deputado Natanael Vinha** saudou todos os presentes e interpelou a Mesa no sentido de  
6 saber se o ex-membro da Assembleia Luís Roma tinha dirigido uma comunicação escrita e  
7 que gostava de ter acesso, ou então conhecer, todo o seu conteúdo na íntegra.

8  
9 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver mais pedidos, agradeceu a  
10 intervenção dos eleitos, passando assim ao Ponto II, Período de Antes da Ordem do Dia.

## 11 12 **II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**

### 13 14 **A) Proposta de aprovação da Ata nº 11 de 28-02-2023.**

15  
16 **O deputado José Figueira** começou por saudar todos os presentes e chamou a atenção para  
17 a questão da entrega das declarações de voto à posterior porque o Art.º 40 do Regimento,  
18 que está em vigor, não sofreu alterações, diz que “imediatamente após a votação que encerra  
19 a discussão do assunto, os membros da Assembleia que desejem apresentar declarações de  
20 voto deverão inscrever-se para o efeito, sendo concedida a palavra pela respetiva ordem”,  
21 que “o tempo de duração para essa declaração de voto é 3 minutos” e também que “pode  
22 haver protestos e contraprotestos”, pelo que a questão prática que se coloca é que se entrega  
23 à posteriori nenhum dos membros tem condições de apresentar um protesto e ou  
24 contraprotesto, independentemente das declarações serem entregues depois por escrito até  
25 para facilitar os serviços da Assembleia Municipal, mas obrigatoriamente os eleitos da  
26 Assembleia caso queiram apresentar uma declaração de voto têm de o fazer de viva voz.

27  
28 **O deputado Natanael Vinha** referiu que estão a falar sobre a ata número 11, presente para  
29 aprovação, que recebeu no dia 20 pelas 18h e 17m, pelo que solicitou que todos os  
30 documentos para as Assembleias Municipais fossem entregues dentro do prazo da  
31 convocatória, porque dificulta a sua ação e, se possível, que chegassem todos ao mesmo  
32 tempo. Quanto aquela Ata não teve oportunidade de a ler, dada a pouca antecedência com  
33 que a recebeu e sente-se por demais prejudicado, mas considerando que existe um registo  
34 vídeo e áudio, em todo o momento é possível recuperar aquilo que cada um disse na altura  
35 das declarações de voto. Disse que também está em falta com envio de declarações de voto  
36 que sinalizou em Assembleias anteriores, mas não se sente prejudicado por isso porque essas  
37 declarações de voto, que estão em falta, foram referidas como sendo a transcrição das  
38 intervenções a propósito daqueles pontos e está em crer que com o registo vídeo e áudio que  
39 foi feito, poderão ser descodificadas e todo o registo histórico do que se passou está salvo.

40  
41 **O deputado Francisco Figueira** disse que ele próprio também está em falta com a entrega  
42 de algumas declarações de voto, mas, tal como disse o deputado Natanael Vinha, não se  
43 sente penalizado com isso uma vez que as Assembleias são públicas e são transmitidas e  
44 todos os eborenses podem acompanhar o que ali dizem.

45  
46 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não  
47 verificando mais pedidos, submeteu a presente Ata a votação.

### 48 49 **Deliberação da Ata nº 11 de 28-02-2023:**

50 **Aprovada por unanimidade.** Os deputados Mário Augusto Bragado Monginho, Luísa de  
51 Jesus Godinho Fialho Oliveira, Helena Isabel Coelho Imaginário, Sílvia Margarida Canha

1 Balicha Mira, Vasco Rafael Riço Casbarra e Vítor Manuel Marques Vaqueira não votaram  
2 por não terem estado presentes na sessão a que Ata diz respeito.

3  
4 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que receberam 1 Recomendação, 2  
5 Moções e 1 Voto de Saudação, e seguindo a ordem que lhe foi presente, solicitou à bancada  
6 do PS que procedesse à apresentação da Recomendação “**14 de Fevereiro - Dia dos**  
7 **Namorados**”.

8  
9 **A deputada Ana Beatriz Cardoso** procedeu à leitura da Recomendação à Assembleia, a  
10 qual se transcreve na íntegra:

11 *“Em 2013 o crime de violência doméstica passa a conter a violência no namoro. Ou seja,*  
12 *desde então que a violência no namoro passou a integrar a previsão do crime de violência*  
13 *doméstica. No passado dia 14 de fevereiro foi divulgado um Estudo, realizado anualmente*  
14 *desde 2017, pela UMAR e financiado pela CIG, segundo o qual, do total de jovens*  
15 *participantes no Estudo, 67,5% não percecionam como sendo violência no namoro, pelo*  
16 *menos, um dos seguintes comportamentos: controlo, violência psicológica, violência sexual,*  
17 *perseguição, violência através das redes sociais e violência física.*

18 *Ainda segundo o mesmo estudo, são os rapazes que apresentam uma maior legitimação para*  
19 *todas as formas de violência no namoro. Existe também uma diferença significativa na*  
20 *violência sexual, em que 21,4% das raparigas legitimam ser pressionadas para beijar à*  
21 *frente das amigas ou dos amigos e, no grupo dos rapazes a percentagem dos que não*  
22 *reconhecem este comportamento como sendo violento é de 40,9%.*

23 *Do total de jovens que indicaram já ter tido ou ter uma relação de namoro, 65,2% reporta*  
24 *ter experienciado pelo menos um dos indicadores de vitimação questionados.*

25 *A partir de agosto de 2021, difundir através da Internet ou de outros meios de difusão*  
26 *pública generalizada, dados pessoais, designadamente imagem ou som, relativos à*  
27 *intimidade da vida privada sem o consentimento das vítimas passou a integrar, igualmente,*  
28 *o crime de violência doméstica.*

29 *Assim sendo, recomenda a bancada do Partido Socialista que, ainda no presente ano letivo,*  
30 *no âmbito da execução do Plano Municipal de Igualdade e, em parceria com associações*  
31 *de juventude, seja levada a cabo uma campanha de âmbito municipal e ações de*  
32 *sensibilização junto dos vários agrupamentos escolares para prevenir a violência no*  
33 *namoro e a violência através de meios digitais.”*

34  
35 **O deputado José Figueira** informou que a sua Bancada está de acordo com o texto, mas  
36 consideram que o título da Moção não traduz aquilo que efetivamente é o seu conteúdo e  
37 pode induzir em erro, porque a situação é sobre a violência no namoro, sugerindo à bancada  
38 do Partido Socialista que pudesse alterar o título da moção porque devia falar da violência  
39 no namoro.

40  
41 **A deputada Ana Beatriz Cardoso** lembrou que aquela moção era para a última  
42 Assembleia, mas tinha entrado fora de horas, e decidiram que não seria retirada. Informou  
43 que esteve num seminário de iniciativa do Comando da PSP de Évora, em que todos os anos,  
44 por altura do dia dos namorados, é apresentado um estudo sobre a questão da violência no  
45 namoro.

46  
47 **A deputada Ana Raquel Tabuleiros** mencionou que todos concordam com a pertinência  
48 daquele tema e também que o título não reflete o conteúdo, portanto, são favoráveis à  
49 alteração e irão votar favoravelmente. Considerou que, para além da campanha de  
50 divulgação a nível dos Agrupamentos Escolares, dever-se-ia envolver também as forças de  
51 segurança para a sua sensibilização no apoio à vítima e na valorizadas das queixas.

1 **A deputada Paula Pita** cumprimentou todos os presentes e disse que o MCE vai  
2 acompanhar aquela Recomendação. Salientou que todos os anos, no dia 14 de fevereiro, em  
3 todos os Agrupamentos de Escolas do Distrito se fala da violência no namoro, com palestras  
4 nas escolas com a Escola Segura, o Centro de Saúde, o Gabinete para o Aluno e o Programa  
5 de Educação para a Saúde, mas pareceu-lhe importante poderem fazer uma proposta de  
6 parceria e um programa para articularem com os Agrupamentos.

7  
8 **O deputado Bruno Martins** começou por saudar todos os presentes e congratulou a  
9 bancada do Partido Socialista por ter levado aquele tema tão importante, em que o Bloco de  
10 Esquerda se revê em todo o seu conteúdo. Em relação ao título que foi proposto, julga que  
11 por já ter sido falado nas Escolas é que se deve falar mais vezes e não só no Dia dos  
12 Namorados. Portanto, na sua opinião, o título deveria ser relacionado contra a violência no  
13 namoro durante todo ano ou combater a violência no namoro todos os dias.

14  
15 **A deputada Ana Beatriz Cardoso** aludindo à intervenção do deputado Bruno Martins disse  
16 que era evidente que tinha razão, de facto a violência no namoro é uma preocupação muito  
17 evidente dentro das Escolas e concordou que é combater a violência no namoro todos os dias  
18 do ano porque só no dia 14 de fevereiro não é suficiente.

19  
20 **A deputada Paula Pita** aludiu que no Plano Municipal para a Igualdade e não  
21 Discriminação também já faz parte a violência do namoro, e, portanto, o que têm de fazer é  
22 propor um conjunto de ações, em parceria com a Universidade, com os Agrupamentos e com  
23 as Associações de Estudantes para ser feito um trabalho conjunto. Quanto às forças de  
24 segurança, disse que há cada vez mais uma maior abertura e sensibilidade para tratar aquelas  
25 questões, mas que, como em tudo, há pessoas mais preparadas do que outras.

26  
27 **A deputada Ana Raquel Tabuleiros** referiu que têm noção que existe uma sensibilidade  
28 cada vez maior para o tema, mas a verdade é que é insuficiente, por isso é preciso reforçar  
29 ainda mais naquele sentido.

30  
31 **A deputada Ana Beatriz Cardoso** consensualizou a alteração do nome da Recomendação  
32 para “combater a violência no namoro todos os dias do ano”.

33  
34 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não  
35 verificando mais pedidos, submeteu a presente Recomendação a votação.

36  
37 **Deliberação Recomendação “Combater a Violência no Namoro todos os Dias do Ano”:**  
38 **Aprovada por unanimidade**, com 31 presenças verificadas.

39  
40 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao deputado Bruno Martins do BE, que  
41 que procedesse à apresentação da Moção “**Saudação ao 1º de Maio**”.

42  
43 **O deputado Bruno Martins** procedeu à leitura da Moção à Assembleia, a qual se transcreve  
44 na íntegra:

45 *“Há 50 anos, no 1º de Maio de 1973, apesar da ditadura fascista, trabalhadores e povo*  
46 *saíram às praças e ruas do país. Com grande coragem. Sabiam que haveria cargas policiais,*  
47 *feridos e prisões. Mas não desistiram. Em Lisboa, Porto, Coimbra, Marinha Grande,*  
48 *Alpiarça, Amadora, Espinho, Torres Novas e em muitos outros locais do país exprimiram a*  
49 *vontade coletiva para melhorar as suas condições de vida e de trabalho, combater as*  
50 *injustiças e desigualdades, acabar com a exploração. E lembravam o Dia Internacional do*  
51 *Trabalhador, as greves e as manifestações de Chicago nos EUA, pela redução da jornada*

1 de trabalho para 8 horas e que foi violentamente reprimida, com a condenação à morte de  
2 dirigentes sindicais.

3 Menos de um ano depois, chegou o 25 de Abril de 1974. A explosão de democracia marcou  
4 o início de uma conquista de direitos até aí negados: cuidados de saúde públicos, educação,  
5 habitação, o direito ao trabalho e ao salário, o reconhecimento às férias e respetivo  
6 subsídio, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez,  
7 do salário mínimo nacional no valor de 3.300 escudos. Foi, também, após esta data que se  
8 consagraram o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como  
9 uma nova forma de organização dos trabalhadores, as Comissões de Trabalhadores.

10 Num momento em que, pelos efeitos da fortíssima inflação, da não reposição de direitos  
11 retirados no tempo da troika, dos baixos salários, das novas formas de precarização do  
12 trabalho, trabalhadores e trabalhadoras de todos os setores se têm manifestado pelo  
13 trabalho digno e pelo direito à habitação, é mais que nunca importante assinalar e valorizar  
14 o 1º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador. E lembrar que o direito a trabalhar, em  
15 condições justas e favoráveis, com uma remuneração justa e satisfatória, que assegure ao  
16 trabalhador e à sua família uma existência compatível com a dignidade humana, é um  
17 direito humano.

18 Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Évora reunida a 28 de abril de 2023, delibera:

- 19 1. Saudar o 1º de Maio e nele a coragem de todos e todas, que exigem dignidade,  
20 democracia e progresso social, emprego com direitos, salário e pensões dignas e serviços  
21 públicos de qualidade para todos e todas;
- 22 2. Saudar as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores dos setores público, privado e  
23 social, por condições de trabalho dignas, salários justos e contra todas as formas de  
24 precariedade ou exploração.”

25  
26 **O deputado Natanael Vinha** em relação àquela Moção disse que no último parágrafo a  
27 referência à “não reposição de direitos retirados no tempo da troika”, queria manter aquela  
28 questão, mas que seria mais inclusivo, mais pacífico, se a moção valorizasse o que já foi  
29 feito, pela força política que representa com uma participação significativa da força política  
30 que o deputado Bruno Martins também representa.

31  
32 **O deputado Bruno Martins** realçou que é uma evidência os vários acordos que foram feitos  
33 e revogações ao contrato coletivo de trabalho que não foram repostos, nomeadamente as  
34 questões de indemnizações de despedimentos, que existem ainda vários passos atrás que  
35 foram feitos no tempo da troika que ainda não foram repostos, que é uma política do Partido  
36 Socialista, portanto, não tem a ver com o sentido do texto, tem a ver com aquilo que é uma  
37 realidade e é uma diferença política entre as duas bancadas.

38  
39 **O deputado Luís Santos** informou que para o PSD é sempre bom valorizar o 1º de Maio e  
40 os trabalhadores, porque bem sabem que a história é o que é, foi o que foi, que houve muita  
41 gente que sofreu e que lutou para que pudessem ter melhores condições de trabalho, de todos  
42 enquanto coletivo, enquanto portugueses e, portanto, saúdam naturalmente 1º de Maio e  
43 todos os trabalhadores. Por outro lado, discordam do deputado Bruno Martins e do deputado  
44 Natanael Vinha, porque o PSD não tirou nada a ninguém, se alguém tirou alguma coisa a  
45 alguém foi o governo do Partido Socialista, do senhor engenheiro José Sócrates, que  
46 retiraram, esbulharam aquilo que era o Erário Público e os mantiveram numa situação em  
47 que Portugal teve que pedir ajuda externa e, assim, se pode dizer que se alguém tirou e não  
48 repôs o que tirou, foi o Partido Socialista, e mais tarde a geringonça que foi feita antes desta  
49 maioria absoluta, se houve alguém que também não repôs foi o Bloco de Esquerda e o PCP.  
50 Estão a favor, no geral, mas a referência ao tempo da troika devia estar ao tempo do senhor  
51 engenheiro José Sócrates.

1 **O deputado Natanael Vinha** esclareceu que pretendeu deixar aberta a hipótese de existirem  
2 direitos que ainda não foram repostos, mas foram repostos muitos e não há nenhuma  
3 referência ao que já foi feito e era isso que importava fazer. Informou que no dia 1 de maio  
4 vai entrar em vigor um conjunto legislativo denominado “Agenda do Trabalho Digno”, onde  
5 vão ser afirmados e alargados direitos e, portanto, pareceu-lhe que é uma linguagem pouco  
6 inclusiva e que não dignifica o caminho que foi feito, alguma parte dele em conjunto.  
7 Relembrou todas as vezes que o PSD fala dos que trouxeram a troika não fala que eles não  
8 só assinaram o memorando como foram eles que disseram à sociedade o que é que a troika  
9 vinha fazer.

10  
11 **O deputado Luís Santos** sublinhou que em tempos de irresponsabilidade foi preciso alguém  
12 ser responsável.

13  
14 **A deputada Clara Grácio** informou que a CDU está de acordo com aquela Moção e que  
15 estarão sempre ao lado de quem quer repor os seus direitos. Referiu ainda que todos se  
16 lembram de quem retirou os subsídios de Férias e de Natal, que entretanto foram repostos,  
17 mas ainda falta fazer muito e é nesse sentido que estão ao lado de quem precisa, dos  
18 trabalhadores e de todos os que querem recuperar aquilo que lhes é justo e por isso a CDU  
19 vai votar a favor daquela Moção.

20  
21 **A deputada Raquel Tabuleiros** disse que ainda sobre o tema do 1º de Maio e fazendo  
22 referência aos trabalhadores, gostariam de referenciar, sem prejuízo da importância do  
23 contexto histórico e das oportunidades de futuro, que é o momento para pensarem a nível  
24 dos trabalhadores, nomeadamente na oportunidade que o teletrabalho traz para o combate à  
25 desertificação do interior, que é uma coisa muito preocupante, nomeadamente no Alentejo,  
26 que seria um ponto de partida para começarem a pensar em algumas medidas e em alguns  
27 incentivos que possam proporcionar trabalho para todos estratos sociais e todas as  
28 qualificações, aproveitando as oportunidades que entretanto já surgiram ao nível do  
29 teletrabalho, que possam dignificar e melhorar a vida de muitas pessoas que estão em  
30 condições mais desfavorecidas, vivendo nos arredores das grandes cidades, que podem  
31 combater e permitir, também, a desertificação territorial, que afeta a todos no Concelho.

32  
33 **A deputada Elmina Lopes** recordou e homenagou o operariado do Sul, do Alentejo em  
34 particular, que em 1962 conquistou a jornada de 8 horas, após uma luta de vários anos com  
35 muita coragem contra um regime poderosamente e ferozmente opressivo, onde se trabalhava  
36 de sol a sol.

37  
38 **O deputado Bruno Martins** informou que fez uma alteração ao terceiro parágrafo, ficando  
39 da seguinte forma, “*Num momento em que, pelos efeitos da fortíssima inflação, da não*  
40 *completa reposição de direitos retirados no tempo da troika...*”, considerando que é verdade  
41 que foram repostos alguns dos direitos, mas não foram repostos todos os direitos pré troika.

42  
43 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não  
44 verificando mais pedidos, submeteu a presente Moção a votação.

45  
46 **Deliberação da Moção “Saudação ao 1º de Maio”:**

47 **Aprovada por unanimidade**, com 31 presenças verificadas.

48  
49 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada da Coligação Mudar com  
50 Confiança, que procedesse à apresentação do Voto de Saudação “**49º Aniversário do 25 de**  
51 **Abril de 1974 e Comemorações do 50º Aniversário**”.

1 **O deputado Francisco Figueira** dispensou a leitura do Voto de Saudação à Assembleia, o  
2 qual se transcreve na íntegra:

3 *“Assinalou-se no dia 25 de abril, a passagem do 49º aniversário da revolução popular do*  
4 *25 de Abril de 1974, data em que os portugueses se libertaram do cerceamento político,*  
5 *social e económico imposto pelo Estado Novo. Data fundacional do nosso regime*  
6 *democrático que pugna pelo Estado de Direito, no qual existe a possibilidade dos seus*  
7 *cidadãos se concretizarem plenamente. Regime concretizado com momentos marcantes*  
8 *como o 1º de Maio de 1974, o 25 de novembro de 1975 e a Constituição de Abril de 1976.*

9 *Na nossa Constituição ficou firmado que a “República Portuguesa é um Estado de direito*  
10 *democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização*  
11 *política democráticas, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades*  
12 *fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da*  
13 *democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.”*

14 *O 25 de Abril foi feito para combater as desigualdades e injustiças, “visando a realização*  
15 *da democracia económica, social e cultural”, para oferecer futuro às novas gerações - e foi*  
16 *feito por homens livres e íntegros, com forte sentido ético e patriótico - saudamos o 25 de*  
17 *Abril de 1974 lembrando particularmente a ética republicana e a responsabilidade por*  
18 *parte dos agentes políticos na sua atuação, na entrega à causa pública, no escrupuloso*  
19 *respeito pelas leis, pelo respeito aos cidadãos que representam e pela dignidade dos cargos*  
20 *que ocupam.*

21 *No ano de 2024, assinalaremos a marca histórica dos 50 anos da revolução, que não pode*  
22 *deixar de ser assinalada com a dignidade, abertura, liberdade e pluralismo, que tal*  
23 *efeméride constitui.*

24 *A Assembleia Municipal de Évora evoca o 49º Aniversário do 25 de Abril de 1974, saudando*  
25 *todos quantos, ao longo destes 49 anos se empenharam das mais diversas formas, para*  
26 *concretizar em Portugal e na cidade de Évora em particular, uma sociedade aberta, livre e*  
27 *pluralista, em que cada cidadão tenha plenas condições de igualdade para construir e*  
28 *desenvolver o seu projeto de vida.*

29 *A Assembleia Municipal de Évora, delibera a constituição de uma Comissão encarregue de*  
30 *organizar, programar e concretizar as comemorações do 50º aniversário do 25 de Abril de*  
31 *1974, que seja constituída pelos representantes das diversas forças políticas eleitas na*  
32 *Assembleia Municipal de Évora.”*

33

34 **O deputado Francisco Figueira** lembrou que não houve Assembleia Municipal dias antes  
35 do 25 de Abril pelo que optaram por levar aquela Moção de Saudação ao 49º aniversário do  
36 25 de Abril, cujo texto é similar ao que foi aprovado na reunião de Câmara, em que fazem  
37 uma proposta concreta quanto às comemorações do 50º aniversário, que se assinalarão em  
38 2024, propondo que a Assembleia Municipal constitua uma comissão encarregue de  
39 organizar, programar e concretizar essas Comemorações, constituída pelos representantes  
40 das diversas forças políticas eleitas pelos eborenses, para assinalarem de forma condigna,  
41 com a abertura e o pluralismo que o 25 de abril merece. Referiu que está no seu primeiro  
42 mandato na Assembleia Municipal de Évora mas foi a primeira vez que uma Assembleia  
43 Municipal não assinalou o 25 de Abril com uma Sessão Solene, imagina que possa ter uma  
44 justificação deliberativa anterior ou histórica, mas como eleito não se sentiu confortável com  
45 aquela circunstância institucional, embora haja pessoas que dizem que as Sessões Solenes  
46 se tornam repetitivas considera que estão perante um ato fundador do regime democrático e  
47 que faria todo o sentido que aquele órgão assinalasse as comemorações do 25 de abril.

48

49 **O Presidente da Câmara** solicitou o uso da palavra, salientando que não sendo um ponto  
50 onde o Presidente da Câmara deve intervir mas, perante aquela proposta que contradiz uma  
51 outra proposta que foi apresentada na reunião de Câmara, cumpre-lhe informar que na

1 reunião de Câmara foi aprovada por unanimidade a Constituição de uma Comissão aberta a  
2 toda a gente, Associações e Instituições e todos os que queiram participar, para organizar o  
3 25 de abril e não apenas as forças políticas e, portanto, aquela é uma Comissão que tem toda  
4 a abrangência, que dependerá apenas de quem quiser ou não participar e que se organizará  
5 como entender. Em relação à Comissão ali proposta, é uma comissão mais estrita e parece-  
6 lhe que passaria a haver uma contradição, ou seja, teriam a Constituição de uma Comissão  
7 alargada, com aquelas características, e uma outra Comissão apenas constituída pelas forças  
8 políticas representadas na Assembleia Municipal, o que lhe parece não adequado para as  
9 comemorações do 25 de abril e que devia ser repensada aquela situação mas, naturalmente,  
10 a Assembleia tem todo o direito de aprovar a constituição das Comissões que entender.

11  
12 **O deputado Francisco Figueira** esclareceu que a ideia é exatamente a contrária, ou seja,  
13 ao proporem a Comissão é para que seja abrangente, composta por toda a gente que se queira  
14 inscrever, para organizar um evento, mas será uma Comissão que acaba por não organizar  
15 nada se, se inscreverem 100 pessoas para organizar o 25 de abril, com certeza não serão elas  
16 que vão organizar o evento, como também não será uma Comissão aberta a toda a gente que  
17 vai organizar Évora Capital Europeia da Cultura, por razões evidentes de operacionalidade,  
18 portanto, não tem nada contra em fundirem com a proposta que possa haver da Câmara  
19 Municipal, se assim entenderem, mas conceptualmente não vê como é que se organiza e  
20 programa um evento organizado e programado por toda a gente que se queira inscrever para  
21 o efeito, não lhe parece que isso seja exequível.

22  
23 **A deputada Clara Grácio** realçou que o 25 de abril merece aquela abrangência, merece que  
24 estejam todas as organizações e associações que existem, e a Universidade também, e,  
25 obviamente, que Assembleia Municipal terá que a integrar, que o 25 de abril é isso mesmo,  
26 é conseguir agregar todas as pessoas, confia que se conseguirão organizar e que é importante  
27 não limitar, é o espírito 25 de abril. Considerou que na Comissão que foi aprovada,  
28 obviamente a Assembleia Municipal estará presente, mas tem a ver com o 25 de abril de  
29 todas as instituições e associações que possam fazer parte daquela Comissão e, depois, entre  
30 a Assembleia e a Câmara se verá como é que se organizam todas essas pessoas, e que sejam  
31 muitas, que seja o 25 de abril a sério.

32  
33 **O deputado Natanael Vinha** disse que teve a oportunidade de a ouvir a discussão que teve  
34 lugar na Câmara Municipal a propósito daquela Comissão e crê que ela está suficientemente  
35 aberta e que há espaço para a Assembleia Municipal deliberar sobre como quer fazer as suas  
36 comemorações e, sugeriu aos eleitos do PSD para introduzirem algumas alterações ligeiras,  
37 onde se lê “a Assembleia Municipal de Évora delibera a Constituição de uma Comissão  
38 encarregue de organizar, programar e concretizar as comemorações” que seja “as suas  
39 comemorações” e onde se lê “constituída pelos representantes das diversas forças políticas  
40 eleitas na Assembleia Municipal de Évora” que seja “constituída pelos representantes das  
41 diversas forças políticas eleitas na Assembleia Municipal de Évora e que esta Comissão, ou  
42 os seus representantes, integrem a Comissão maior”, porque têm o direito e o dever de  
43 afirmar que a Assembleia Municipal de Évora pode querer ter um momento ou um evento  
44 próprio e fazê-lo, como era seu timbre até agora, e, portanto, a sugestão é cingirem aquela  
45 proposta a uma Comissão da Assembleia Municipal que pode integrar a outra, mas que terá  
46 uma legitimidade de ter uma proposta sua aprovada e uma demonstração pública e política  
47 de que quer participar e celebrar ativamente o 25 de Abril, os 50 anos e todos os anos.

48  
49 **O deputado Bruno Martins** referiu que discorda parcialmente ainda que, obviamente, o  
50 órgão deliberativo possa ter a sua própria agenda, mas pensa que os 50 anos do 25 de abril  
51 mereceriam uma ação conjunta entre o Órgão deliberativo e o Órgão executivo, portanto, a

1 proposta que fez à Coligação Mudar com Confiança, e congratulou aquela bancada pela  
2 moção que apresentou, era no sentido de que “a Assembleia Municipal de Évora deliberasse  
3 recomendar que a Comissão recentemente aprovada em reunião pública de Câmara,  
4 encarregue de organizar, programar e concretizar as comemorações do 50º Aniversário do  
5 25 abril 74, tem na sua Constituição oficial representantes das diversas forças políticas com  
6 representação na Assembleia Municipal de Évora”, porque todos merecem que haja um  
7 programa oficial de Évora para os 50 anos e não o programa da Câmara e outro programa da  
8 Assembleia.

9  
10 **O Presidente da Câmara** esclareceu que, curiosamente ou não, aquela foi exatamente umas  
11 das questões que foi discutida na reunião de Câmara e que ficou claro que as forças políticas  
12 podiam e deviam participar na Comissão, e também a Assembleia Municipal, dependendo  
13 apenas da sua vontade expressa, porque a Comissão é exatamente isso, aberta a todos aqueles  
14 que queiram participar. Salientou que foram até mais longe, que não vêm nenhum problema  
15 que cada uma das organizações proponha programas e eventos para integrar o programa do  
16 25 de Abril ao longo do ano. Portanto, a ideia não é limitar ninguém, pelo contrário, é chamar  
17 à participação todos, à criação de eventos das várias organizações e instituições que  
18 participem como entenderem para poderem comemorar o 25 de Abril, e depois será  
19 articulado num programa do 25 de Abril, mas a questão das forças políticas foi exatamente  
20 colocada e foi afirmado exatamente isso, é a aberta a todos os que queiram participar.

21  
22 **O deputado Francisco Figueira** esclareceu que, objetivamente, a ideia daquela proposta  
23 era, de facto, não só não limitar a participação de ninguém como permitir que possam  
24 organizar uma comemoração do 25 de Abril que seja diferente, porque os 50 anos do 25 de  
25 Abril são uma efeméride que deve ser assinalada de uma forma absolutamente diferente  
26 porque nem sequer era nascido no 25 de Abril, mas não é por isso que se sente menos  
27 vinculado àquilo que foram as conquistas históricas e ao caminho que tivemos que fazer a  
28 propósito do 25 de Abril. Salientou que a intenção não era que a Assembleia tivesse um  
29 programa de comemorações e a Câmara outro, o que propõem é que o Município de Évora  
30 constitua uma comissão pluridisciplinar, pluripartidária, aberta e pluralista, que  
31 executivamente organize da forma que merece os 50 anos do 25 de Abril de 74, com a maior  
32 abertura possível às propostas de cada um, do Município ou fora dele, porque há pessoas que  
33 viveram e construíram o 25 de abril de 74 ao longo de décadas e que hoje não habitam nem  
34 residem em Évora e alguns até são figuras históricas do País. A proposta da sua bancada era  
35 no sentido das comemorações da Assembleia Municipal se organizarem num momento  
36 histórico que deve assinalar de forma aberta, portanto, não retiram aquela proposta porque  
37 se a Câmara tiver essa abertura podem construir entre todos uma solução conjunta, era essa  
38 a proposta que, objetivamente estava escrita e foi o que procuraram transmitir.

39  
40 **O deputado Paulo Ribeiro** começou por cumprimentar todos os presentes e saudou a  
41 bancada do PSD pelo tema abordado, a profundidade do texto, o seu conteúdo e a forma  
42 como explanaram, se bem que da parte da sua bancada, em termos de operacionalização,  
43 lhes parece mais curial que se mantenha uma Comissão que emane da Câmara, o que não  
44 invalida que a Assembleia não possa ter uma participação ativa, uma participação  
45 significativa e, inclusivamente, com um evento próprio, um pouco em linha com o que disse  
46 o deputado Bruno Martins.

47  
48 **O deputado Bruno Martins** considerou que a sua única questão é que se não for alterada,  
49 a partir do momento que esteja votada aquela Recomendação, vai ser criada uma comissão  
50 encarregue de organizar, programar e concretizar as comemorações do 50º aniversário do 25  
51 de Abril mas que não se podem imiscuir na parte do Executivo e estarão a separar as coisas,

1 sabe que não é essa a intenção, mas votando assim estão a criar uma Comissão da Assembleia  
2 que tecnicamente estará à parte de uma outra Comissão aprovada em reunião pública de  
3 Câmara, essa é a questão, e correm o risco daquela Comissão ser ignorada de propósito, ou  
4 não, pelo Executivo.

5  
6 **A deputada Clara Grácio** referiu que se aprovarem aquela Recomendação, na verdade,  
7 estão a reduzir, a criar uma dificuldade nessa abrangência da Comissão e que tem o efeito  
8 contrário, se ficar formada fica restringida aquele órgão e acabará por ser, de alguma  
9 maneira, uma restrição do que querem, que é a abrangência, portanto, considera que é um  
10 pouco contraditório com objetivo.

11  
12 **O deputado Francisco Figueira** salientou que é tão contraditório como a Comissão que foi  
13 aprovada pela Câmara Municipal, porque a Câmara Municipal aprovou aquela Comissão  
14 sem ouvir a Assembleia e sem propor absolutamente nada, nem sequer os informaram,  
15 portanto é tão contraditório aprovarem uma Comissão, como é contraditório a Câmara  
16 apresentar.

17  
18 **O deputado Luís Pardal** cumprimentou todos os presentes e disse que pensa que estão  
19 muito agarrados às palavras e estão a esquecer um pouco o sentido prático da organização  
20 do que se está ali a propor, na realidade mesmo que se crie ali uma Comissão, essa Comissão  
21 irá ter um sentido prático dentro do órgão e isso não invalida nem colide com uma Comissão  
22 mais abrangente, porque é uma matéria muito específica e que uma comissão mais alargada  
23 pense “então a Assembleia Municipal como é que deverá comemorar” e aquela Comissão  
24 tem aquele propósito específico e crê que não colide com uma Comissão mais alargada.

25  
26 **O deputado Francisco Figueira** esclareceu que a proposta que ali está não é a proposta de  
27 uma Comissão dentro da Assembleia Municipal, o que estão a propor é que o Município  
28 constitua uma Comissão para organizar, o Município é tanto a Câmara como é a Assembleia  
29 Municipal e, portanto, vão manter a proposta como está, a Assembleia deliberará como  
30 entender e depois os Órgãos do Município terão que diligenciar no sentido de a concretizar.

31  
32 **A deputada Elmina Lopes** realçou que na realidade há uma diferença entre a Câmara e a  
33 Assembleia, a Câmara é o Órgão executivo e a Assembleia é o Órgão deliberativo, e tem  
34 dificuldade em compreender de que forma é que a concretização das Comemorações vai ser  
35 feita pela Comissão da Assembleia e não pela Comissão mais abrangente. Admite que a  
36 Assembleia possa reunir com os representantes e planear ações específicas da Assembleia  
37 para comemorar os 50 anos do 25 de Abril, mas ao nível do Município estar a concretizar  
38 uma Comissão com representantes das forças políticas ao mesmo tempo que existe uma  
39 Comissão da Câmara com todas as forças vivas da Cidade, parece-lhe um pouco redutor.

40  
41 **O deputado António Gavela** clarificou que as competências da Assembleia e da Câmara  
42 são diferentes, a Câmara tem toda a legitimidade para, com os membros do Executivo, criar  
43 uma Comissão e pode levá-la à Assembleia, mas colocou a questão que é na prática a  
44 dificuldade até porque tem que haver um orçamento, vão haver custos, tem que ter recursos,  
45 tem que ter logística, ou seja, como é que a Assembleia pode, a não ser uma iniciativa ou  
46 outra dela própria de vulto ou ter um programa de assinalar os 50 anos, envolver todas as  
47 associações, as pessoas todas, é o tecido cultural, desportivo, social do concelho, e partidário  
48 também, na definição de um programa onde a população se reveja e participe porque no  
49 fundo é o que está em causa e isso compete ao Município com o acompanhamento da  
50 Assembleia. Considerou que estão a dizer o mesmo e propôs que no texto em vez de  
51 “delibera” fosse “recomenda”.

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do Presidente e dos eleitos  
2 e não verificando mais pedidos, submeteu o presente Voto de Saudação a votação.

3  
4 **Deliberação Voto de Saudação “49º Aniversário do 25 de Abril de 1974 e**  
5 **Comemorações do 50º Aniversário”.**

6 **Aprovada por maioria**, com 20 votos a favor (13 do PS, 5 da Coligação Mudar com  
7 Confiança, 1 do BE e 1 do MMPI) e 11 abstenções (8 da CDU e 3 do MCE), com 31  
8 presenças verificadas.

9  
10 **Declaração de Voto da bancada da CDU:**

11 *“A abstenção da bancada da CDU tem a ver com manutenção, tal como consta na redação*  
12 *final, do último parágrafo daquele Voto de Saudação por considerarem que não é*  
13 *suficientemente abrangente para os objetivos das comemorações do 50º aniversário do 25*  
14 *de Abril.”*

15  
16 **Declaração de Voto bancada da Coligação Mudar com Confiança:**

17 *“Ao contrário do que foi dito, a nossa proposta é de facto a proposta que pretende ser*  
18 *abrangente e não pretende ser redutora de absolutamente ninguém, razão pela qual viemos*  
19 *aqui abertamente ao órgão que representa todos os eborenses apresentar a constituição de*  
20 *uma Comissão pluripartidária e multidisciplinar, aberta, livre e pluralista para assinalar*  
21 *com toda a dignidade os 50 anos do 25 de Abril, portanto não nos revemos na visão redutora*  
22 *de que é a proposta da Câmara que é abrangente e que a da Assembleia Municipal é que é*  
23 *redutora, porque é exatamente o contrário que estamos a falar, de todo modo volto aqui a*  
24 *dizer que a nossa intenção é a constituição de uma Comissão do Município, que organize*  
25 *de forma abrangente e aberta de forma a assinalar de forma diferenciadora e elevada e com*  
26 *a elevação que merece os 50 anos do 25 de Abril.”*

27  
28 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada da CDU que procedesse à  
29 apresentação da Moção **“Comemorar Abril, afirmar e valorizar o Poder Local**  
30 **Democrático”**.

31  
32 **A deputada Elmina Lopes** procedeu à leitura da Moção à Assembleia, a qual se transcreve  
33 na íntegra:

34 *“Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor*  
35 *que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade.*  
36 *As operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril e*  
37 *que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas*  
38 *que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo*  
39 *do seu País. E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam.*

40 *Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de*  
41 *luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação e justiça para todos. Com avanços e*  
42 *recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas*  
43 *do passado.*

44 *Assim, comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto*  
45 *processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais*  
46 *altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.*

47 *E imperativo comemorar Abril sem deixar submergir o que ela foi e representou na*  
48 *avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características*  
49 *ímpares.*

50 *Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar*  
51 *a luta antifascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido*

1 transformador e revolucionário, não rasurar a memória coletiva que o envolve, afirmar o  
2 caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar  
3 os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui  
4 hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de  
5 política de direita não conseguiu apagar.

6 Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento  
7 e um processo de rutura com o regime decrépito, o derrube do fascismo e do que o  
8 suportava.

9 Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada  
10 dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de  
11 uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.

12 Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas  
13 conquistas.

14 Foi pela ação revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de  
15 administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas  
16 populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer  
17 consagração na Constituição da República.

18 Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina  
19 quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local  
20 com o nível regional.

21 A Assembleia Municipal de Évora, reunida em 28 de Abril de 2023, delibera:

- 22 1. Saudar o 49.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações  
23 económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;
- 24 2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 48 anos, animou aqueles que tomaram  
25 nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação  
26 deixou marca indelével no Poder Local;
- 27 3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização,  
28 reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;
- 29 4. Exortar a que os órgãos representativos da autarquia promovam um programa de  
30 iniciativas dirigida às comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, envolvendo a  
31 participação das forças vivas do concelho, que contribua para afirmar os valores de  
32 Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de ato de  
33 emancipação, democracia e liberdade.
- 34 5. Saudar os jovens, os trabalhadores e os reformados e pensionistas que vão construir um  
35 grande 1º de Maio – Dia do Trabalhador, contra o aumento do custo de vida e contra a  
36 exploração que nos empobrece todos os dias.”

37  
38 **O deputado Luís Pardal** informou que a bancada do Partido Socialista é favorável à maioria  
39 daquela Moção porque comemorar Abril é comemorar a democracia, a liberdade, a igualdade  
40 são valores que a cada dia que passa são mais caros, e todos devem fazer tudo para os  
41 reforçar e comemorar Abril é lembrar todos aqueles que foram totalmente ostracizados, que  
42 foram privados das suas liberdades, e propuseram que o paragrafo 7º tivesse a seguinte  
43 redação, “Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência, de uma abnegada  
44 dedicação à luta pela democracia e liberdade de antifascista, de uma intensa luta de massas  
45 da classe operária, da juventude, do povo”.

46  
47 **A deputada Elmina Lopes** informou que a bancada da CDU aceita a proposta de alteração.

48  
49 **O deputado Francisco Figueira** mencionou que, saudando naturalmente o 25 de Abril  
50 conforme fizeram e levaram ali uma moção própria para aquele efeito, não vão acompanhar  
51 com o voto favorável aquela moção pelos termos em que ela está escrita, no entanto vão

1 abster-se porque há, de facto, passagens em que entendem que não reflete exatamente aquilo  
2 que foi a mensagem do 25 de Abril e do 25 de novembro e da sociedade democrata e liberal  
3 que construíram a partir de 1975.

4  
5 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não  
6 verificando mais pedidos, submeteu a presente Moção a votação.

7  
8 **Deliberação da Moção “Comemorar Abril, afirmar e valorizar o Poder Local**  
9 **Democrático”**

10 **Aprovada por maioria**, com 26 votos a favor (13 do PS, 8 da CDU, 3 do MCE, 1 do BE e  
11 1 do MMPI) e 5 abstenções da Coligação Mudar com Confiança, com 31 presenças  
12 verificadas.

13  
14 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passam ao Ponto III, da Ordem do  
15 Dia.

16  
17 **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

18  
19 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passa aos pontos apresentados pela  
20 Câmara Municipal.

21  
22 **1. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como**  
23 **a situação financeira do mesmo. – Para conhecimento.**

24  
25 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

26  
27 **O Presidente da Câmara** cumprimentou todos os presentes e recordou que foi distribuído  
28 o documento com a informação referida, pelo que tem apenas algumas notas adicionais.  
29 Começou com a informação sobre o 25 de Abril, dizendo que tiveram uma grande  
30 participação popular, de Associações e Instituições que, como é hábito, se juntaram às  
31 comemorações do 25 de abril e o espetáculo comemorativo na noite do dia 24 de abril que,  
32 infelizmente, não decorreu da melhor maneira, e, como já transmitiu na reunião de Câmara,  
33 tiveram um problema com o tempo de duração do espetáculo, que ultrapassou a meia-noite,  
34 e depois o fogo de artifício foi feito quando estavam os Cantares de Évora a cantar a  
35 Grândola, o que foi manifestamente negativo, pelo que já assumiu a responsabilidade  
36 política por aquela situação, que são coisas que acontecem mas não deviam acontecer.

37  
38 Em relação ao novo Hospital Central do Alentejo, informou que houve uma reunião com a  
39 Senhora Ministra da Coesão e com o senhor Ministro da Saúde, onde finalmente o Governo  
40 aceitou as propostas da Câmara Municipal, que eram as que há muito já estavam assumidas  
41 por outros Governos, ou seja, a Câmara faz as obras das acessibilidades e da rede  
42 abastecimento de água e saneamento, e o Governo compromete-se com 100% do  
43 financiamento daquelas obras. A Senhora Ministra ficou de enviar a proposta de acordo,  
44 porque já têm a proposta da Câmara há mais de 1 ano, com as alterações que o Governo  
45 entende para salvaguardar aquela situação e para identificar as fontes de financiamento para  
46 a obra. Da parte da Câmara darão continuidade ao que está comprometido, sendo que há uma  
47 situação que se mantém preocupante que tem a ver com a negociação das expropriações dos  
48 terrenos que são necessários para as acessibilidades ao Hospital, que o Governo tem de tratar  
49 e ainda não tratou.

50

1 Relativamente às obras da ferrovia, em particular o acesso à Garria porque coloca problemas  
2 graves de segurança, referiu que a Câmara e a Associação de Moradores desenvolveram  
3 várias diligências sobre aquele assunto, que as diligências da Câmara vêm desde os primeiros  
4 contactos com a IP sobre o estudo de impacto ambiental, e que tiveram uma reunião o vice-  
5 presidente da IP, com a participação de elementos da Associação de Moradores, com o  
6 Presidente da Junta de Freguesia e uma equipa da IP, em que foi possível chegar a um  
7 consenso que possa ser traduzido numa solução que resolva os problemas, pelo menos os  
8 maiores problemas, que os preocupavam relativamente às questões de segurança de acesso  
9 à Garraia.

10  
11 Informou que participou na reunião do Conselho de Administração da Organização das  
12 Cidades Património Mundial, em que Évora foi eleita para a Vice-Presidência da  
13 Organização.

14  
15 Acerca da visita do senhor Presidente da Letónia a Évora, no âmbito da cooperação  
16 estabelecida entre Évora e a cidade de Liepaja, que será também Capital Europeia da Cultura  
17 em 2027, informou que assinaram um Acordo de Entendimento para a cooperação em que o  
18 senhor Presidente da Letónia lhes deu a honra de estar presente em Évora e visitar a Cidade,  
19 e agradeceu a referência do senhor Presidente da Assembleia Municipal.

20  
21 Sobre a apresentação de um estudo da qualidade das redes móveis, feita pela ANACOM que  
22 abrangeu todo o País, mas que se debruçou especialmente sobre o Concelho de Évora,  
23 verificaram que têm, como já sabiam e têm reportado há bastante tempo, um conjunto de  
24 zonas que estão mal servidas pelas redes móveis e por alguns dos operadores. Tiveram a  
25 oportunidade de convidar os Presidentes das Juntas para estarem presentes, para poderem  
26 dizer de sua justiça e identificar exatamente os problemas, e o senhor Presidente da  
27 ANACOM tomou nota e informou-os que estavam a pensar tomar algumas medidas para  
28 tentar obviar aqueles problemas.

29  
30 Em relação ao Mês da Juventude, mencionou que tiveram a participação da generalidade das  
31 Associações Juvenis.

32  
33 Em referência à Feira do Livro de Évora, onde se realizaram diversas iniciativas, salientou  
34 a participação da Orquestra Juvenil de Sopros, a homenagem ao escritor Luís Carmelo, num  
35 vasto conjunto de eventos dentro da Feira do Livro, que juntou todos os livreiros de Évora.

36  
37 Realçou a realização da 40ª volta ao Alentejo em Bicicleta, pela sua importância.

38  
39 Lembrou que se concretizou a Transferência de Competências na Área da Saúde, desde o  
40 início do mês de abril e que estão a fazer o período de transição.

41  
42 Terminou referindo que estão praticamente concluídos, para serem apresentados ao  
43 Executivo, os processos de inquérito à tesouraria e ao cemitério, e a auditoria externa à  
44 tesouraria, que concluem por responsabilidades disciplinares e, portanto, seguirão para o  
45 Ministério Público, razão porque ficam em segredo de justiça, mas dará conhecimento  
46 daquilo que for possível das conclusões dos inquéritos à Câmara e aos membros da  
47 Assembleia Municipal.

48  
49 **O deputado Francisco Brito** referiu ter algumas questões a colocar ao senhor Presidente da  
50 Câmara Municipal de Évora, sendo que a primeira é sobre a Torre Renascentista do  
51 Aqueduto da Água da Prata, que está localizada à saída da cidade na Estrada de Arraiolos,

1 referiu que aquela Torre tem um pinheiro a crescer na sua cobertura, que já está em más  
2 condições e aquele pinheiro não ajuda à manutenção daquele importante monumento.  
3 Referiu que em 2019 teve a oportunidade, enquanto cidadão, de alertar a Câmara Municipal  
4 para o efeito, e foi informado de que tinha sido feito um levantamento da situação, mas a  
5 verdade é que até agora não houve nenhuma alteração. Informou que tem ali algumas  
6 imagens que mostram aquela situação e que pode deixar ao senhor Presidente da Câmara,  
7 porque, de facto, é uma situação que deve ser resolvida o quanto antes, não é uma situação  
8 que requiera uma grande empreitada, naturalmente com os técnicos adequados consegue-se  
9 fazer, e acredita que se consiga fazer num dia, naturalmente será necessário cortar a via e  
10 poderá haver algum constrangimento e a alternativa natural seria a via de acesso ao Alto São  
11 Bento.

12 Ainda em relação à Estrada de acesso ao Alto de São Bento, salientou que está em más  
13 condições, a morfologia não é a melhor e tem um perfil estreito, mas se as condições de  
14 pavimento fossem melhores seria uma estrada mais segura e questionou se está prevista  
15 alguma intervenção de fundo naquela via e se será feita alguma limpeza do mato no Alto de  
16 São Bento, de acordo com as questões legais que têm de ser cumpridas em termos das  
17 limpezas do mato, porque já houve uma situação no Alto de São Bento e não querem que se  
18 volte a repetir, aliás, depois da situação de incêndio a reflorestação não tem acontecido na  
19 velocidade que seria mais desejável, portanto, é necessário que exista um olhar sobre aquelas  
20 situações. Questionou também se estava prevista alguma intervenção no Alto de São Bento  
21 para melhorar as condições de estacionamento, é um sítio com muitos visitantes e  
22 privilegiado de observação da cidade, em especial do Centro Histórico, onde foi  
23 intervencionado o Moinho de Vento que atrai ainda mais visitantes, o que é bom para Cidade,  
24 é bom para o Alto São Bento, é bom para a nossa História e, naturalmente, é preciso haver  
25 mais condições naquele espaço, nomeadamente de estacionamento.

26  
27 Relativamente à Estrada da Chainha, porque recentemente foi cortado o acesso ao Bairro  
28 dos Canaviais pela Estrada das Salvadas, tem ainda mais tráfego tem um perfil muito estreito,  
29 é uma estrada relativamente perigosa, o pavimento está em más condições e ficou muito pior  
30 pelo aumento de tráfego e pelo que perguntou ao senhor Presidente se considera que estão  
31 reunidas as condições de segurança necessárias para que aquela estrada tenha aquele fluxo  
32 de tráfego e se não considera que devia ter havido uma intervenção de fundo antes de ter  
33 sido cortada a Estrada das Salvadas.

34  
35 Acerca do Bairro da Malagueira, colocou a questão relativamente à candidatura do Bairro a  
36 Património da Humanidade porque souberam pela Comunicação Social que a Faculdade de  
37 Arquitetura da Universidade do Porto incluiu uma série de obras do Arquiteto Siza Vieira  
38 na candidatura mas ficou de fora a Malagueira, que inicialmente estava inserida na lista  
39 indicativa pelo Icomos Portugal, portanto na primeira fase de candidatura a Malagueira está  
40 de fora, e questionou se a Câmara Municipal de Évora foi contactada pela Faculdade de  
41 Arquitetura da Universidade do Porto e também qual é a sua posição sobre aquela exclusão  
42 na primeira fase.

43  
44 Terminou referindo que nos documentos que lhes chegaram não é evidente, em relação aos  
45 trabalhadores do Município, qual é a quantidade de trabalhadores precários que o Município  
46 tem naquele momento.

47  
48 **O deputado Luís Pardal** informou que tem um conjunto de questões a colocar ao senhor  
49 Presidente da Câmara e começou pelas acessibilidades ao Hospital, em que houve a  
50 confirmação, já há vários meses para não dizer há mais de um ano, por parte do Governo de  
51 que estavam garantidas todas as condições para apoiar o Município na concretização das

1 acessibilidades, o que significa que se deu um novo passo e se confirmou aquilo que já estava  
2 comprometido. Assim, face ao pouco tempo que já têm, questionou se a Câmara Municipal  
3 consegue dar garantias de que o projeto da construção das acessibilidades está concretizado  
4 a tempo.

5  
6 Sobre a visita do Chefe de Estado da Letónia, gostaria de saber quem foi o responsável do  
7 protocolo daquela visita porque, pelo menos, a sua Junta de Freguesia, enquanto Autarquia  
8 Local, a par da Câmara Municipal porque se regem pela mesma Lei das Autarquias Locais  
9 e são igualmente uma estrutura do Estado, não receberam nenhum convite para estarem  
10 presentes, e muito gostariam de poder ter estado presentes, até porque se relacionou com  
11 Évora Capital Europeia da Cultura.

12 A propósito de Évora Capital Europeia da Cultura, perguntou em que medida é que a Câmara  
13 Municipal está a pensar incluir as Juntas de Freguesia naquele processo, pelo menos no  
14 presente mandato, pois ainda não receberam nenhum contato relativamente àquela matéria,  
15 tem tido contactados com pessoas, com munícipes, com fregueses, em que lhe colocam  
16 também questões e aquilo que sabe é fruto da sua própria iniciativa de querer saber mais,  
17 mas lamentou ainda não ter havido contacto.

18  
19 Relativamente ao Espaço Público, disse têm recebido diversas queixas, por parte dos  
20 fregueses, de que há contentores que há muito tempo não são lavados, o que com facilidade  
21 se consegue consultar através dos dísticos que estão colocados nos contentores de há 1 ano,  
22 2 anos, e que não têm qualquer tipo de limpeza, e perguntou se é possível partilharem com  
23 a Junta de Freguesia o plano atualizado da execução da limpeza dos contentores e que  
24 gostava de ouvir o senhor Presidente sobre aquela matéria.

25  
26 Informou que têm recebido, também, muitas queixas da necessidade de pequenas  
27 intervenções, como por exemplo o arranjo de calçadas, mas sabe que a Câmara Municipal  
28 tem poucos calceteiros, é um facto, é um problema, mas por haver um problema deve-se  
29 encontrar uma solução, e questionou que solução é que o Município tem para intervir, muitas  
30 vezes até em menos de 1 m<sup>2</sup>, porque são situações que se proliferam por muitos locais, e  
31 qual é a estratégia do Município, se por contratação externa, ou outra qualquer, para a sua  
32 concretização.

33  
34 Para terminar, perguntou o que é que está previsto em termos da limpeza do Espaço Público,  
35 que é um tema bastante recorrente ali, porque na área urbana é da exclusiva competência da  
36 Câmara Municipal, se bem que as Juntas de Freguesia por sua iniciativa também o fazem, e  
37 especificamente das bermas e valetas, para intervir porque estão a notar que em muitos sítios  
38 há uma perigosidade muito relevante, sobretudo em zonas de curvas.

39  
40 **O deputado Rodolfo Pereira** saudou todos os presentes e começou por questionar o senhor  
41 Presidente da Câmara sobre o ponto de situação da candidatura ao PRR efetuada pelo  
42 Município para as novas Extensões de Saúde e se há alguma novidade relativamente a isso.

43  
44 No âmbito das irregularidades detetadas no serviço de tesouraria em 2022, gostaria de saber  
45 se já existe o relatório da Auditoria, uma vez que estava previsto sair no final do mês de  
46 março.

47  
48 Quanto à gestão das Cantinas Escolares, perguntou se já existe uma previsão da reposição  
49 dos saldos, ou dos défices, apurados pela gestão das Cantinas Escolares no ano letivo de  
50 2021/2022.

51

1 **O deputado José Figueira** referindo-se à informação do senhor Presidente disse que se  
2 verifica, de momento, que na Área de Educação se está a elaborar a Carta Educativa do  
3 Concelho em articulação com a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, e  
4 questionou se está a ser feita com autofinanciamento do próprio Município ou se o Ministério  
5 da Educação, como fez no passado, atribuiu financiamentos para a elaboração das Cartas  
6 Educativas.

7  
8 Em relação à Área da Saúde, o senhor Presidente informou que estava a ser concretizada a  
9 Transferência de Competências e, para além do pessoal que já foi transferido, foram  
10 transferidos 17 edifícios pertença do Ministério da Saúde, que passaram a estar sobre a  
11 alçada da Autarquia em termos de manutenção e conservação, e questionou qual é o estado  
12 de conservação e manutenção em que se encontram aqueles edifícios e se há alguma  
13 estimativa, ou perspetiva de estimativa, sobre os encargos que advêm dessa manutenção e  
14 conservação.

15 Sobre a questão das 6 Extensões de Saúde que são para ser apoiadas pelo PRR, a informação  
16 é que está em curso a realização dos projetos de especialidade, e o que pretende saber é se  
17 os projetos de arquitetura foram algum modelo fornecido pelo Ministério da Saúde e se,  
18 previamente aos projetos especialidades, a Câmara Municipal teve que fazer os projetos de  
19 arquitetura dos edifícios.

20  
21 Relativamente à Variante Nascente de Évora do IP2, a realidade é que aquela variante está  
22 considerada num projeto mais abrangente pelo PRR, que se denomina de “Missing Links e  
23 Aumento capacidade da Rede”, com um valor global de 237 milhões de euros, da  
24 responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, e olhando para a ficha técnica desse grande  
25 projeto verifica-se que já foram lançados 8 concursos a nível nacional, no valor de 51 milhões  
26 de euros, corresponde a 21,5% do global do projeto, mas todos na região norte do País, ou  
27 seja, os projetos relacionados com a região sul, em particular o Alentejo, não foram lançados  
28 concursos, continuando aquela questão da Variante Nascente de Évora do IP 2 por ser  
29 lançada o concurso, embora identificada como parte daquele grande plano de projetos que  
30 estão naquele investimento global pelo que questionou se sobre aquela matéria a Câmara  
31 Municipal pensou solicitar uma reunião às Infraestruturas de Portugal para saber porque é  
32 que ainda não lançou o concurso daquela obra.

33  
34 **O deputado José Piteira** começou por cumprimentar todos os presentes e reforçando o que  
35 o deputado Rodolfo Pereira disse em relação às extensões de Centros de Saúde que foram  
36 candidatados ao PRR, questionou qual é o ponto da situação. Uma outra questão é se tem  
37 alguma expectativa para a sua Freguesia acerca dos caminhos municipais, principalmente  
38 caminho municipal de 1095 que vai para o Monte Novo, a sua concretização, arranjo,  
39 conservação e se tem alguma previsão. Para terminar, questionou que comentário lhe merece  
40 quando estão na revisão do PDM e uma das vertentes, principalmente na sua Freguesia, é a  
41 diminuição da área de habitação, mas que a Senhora Ministra da Habitação disse que uma  
42 das vertentes para fazer face à falta de habitação era estender a oferta de terrenos para  
43 habitação.

44  
45 **A deputada Florinda Russo** cumprimentou todos os presentes e informou que tem algumas  
46 questões a colocar, que não são novas, mas poderão ter já alguma resposta, e começou por  
47 questionar o ponto de situação da água de São Manços. Reforçou também a questão colocada  
48 pelo deputado José Piteira em relação à estrada para o Monte Novo, e no caso da sua  
49 Freguesia também a estrada entre a Vendinha e Montoito que está praticamente intransitável.  
50 Relembrou a questão dos buracos nas ruas, principalmente nas que são de calçada em que  
51 existem grandes buracos, que são perigosos para as pessoas e também para os carros.

1 Questionou se já tinha uma decisão em relação ao Centro Infantil, o que vão fazer, se já  
2 decidiu a verba com que vai contribuir, como prometeu, em relação ao projeto que foi  
3 elaborado, e o mesmo também em relação às obras na antiga Escola Primária para a sua  
4 execução para que fique em condições.

5  
6 **O Presidente da Câmara** aludiu que, naturalmente, terá que ser muito sintético para  
7 responder às questões colocadas e começou pelo o Aqueduto da Água de Prata, informando  
8 que está de facto prevista uma intervenção, mas o caso exposto é muito específico e irá ver  
9 o que se passa, porque não tinha ideia daquela situação.

10  
11 Em relação à estrada de acesso ao Alto de São Bento, referiu que não está prevista nenhuma  
12 intervenção de fundo, como aliás na maioria da rede viária, que o que está previsto são  
13 intervenções de recuperação e manutenção, tirando alguns casos que já ali falaram.  
14 Aproveitou também para informar que acabaram de lançar, em reunião de Câmara, dois tipos  
15 de concursos para aquisição de serviços e de empreitadas, no valor de 500 mil euros,  
16 destinados a vários locais da rede viária, embora seja obviamente insuficiente, mas  
17 procurarão dar resposta sobretudo àqueles que estão com maiores dificuldades.

18  
19 Relativamente à questão da reflorestação no Alto São Bento, transmitiu que a mesma foi  
20 acertada e combinada com especialistas da Universidade de Évora e pensaram que ia ser  
21 feita uma reflorestação muito específica, mas os especialistas entenderam que deveria ser a  
22 própria natureza a garantir a reflorestação, pelo que a situação tem sido acompanhada pela  
23 Universidade de Évora e está a decorrer conforme o combinado.

24  
25 Acerca do problema de estacionamento, que também é semelhante na Estrada da Chainha,  
26 expôs que não há a possibilidade de uma intervenção de fundo, mas prevê que após a obra  
27 dos Canaviais seja também pavimentada a estrada de acesso aos Canaviais, e depois uma  
28 intervenção noutras estradas que fiquem em pior estado.

29  
30 No que diz respeito ao Bairro da Malagueira, confirmou que não foram contactados pela  
31 Faculdade de Arquitetura do Porto, mas sim pela Direção Regional de Cultura e a informação  
32 que têm é que foi uma opção tomada face ao pouco tempo que tinham para preparar a  
33 candidatura, no entanto está prevista a possibilidade de uma extensão da candidatura que  
34 possa incluir o Bairro da Malagueira. Referiu que estão convencidos que pode ser aquela a  
35 solução porque não tem sentido nenhum o Bairro da Malagueira não ser incluído, mas tanto  
36 quanto sabem era necessário um conjunto de documentação que a Faculdade terá entendido  
37 que não teria tempo para tratar e por isso não contactou a Câmara, mas considerou que entre  
38 a Câmara, a Direção Geral de Cultura e o Arquiteto Siza Vieira certamente terão toda a  
39 documentação necessária.

40  
41 Sobre a questão de trabalhadores precários, esclareceu que existe uma distinção entre o que  
42 é trabalho precário e o que é trabalho de curto prazo, porque entendem que o trabalho de  
43 curto prazo é para tarefas de curto prazo e o trabalho precário é a ocupação de postos de  
44 trabalho permanentes mas que não têm um contrato de trabalho permanente e informou que  
45 não consegue dizer, no imediato, aqueles dados porque olhando os quadros que têm, na  
46 totalidade dos contratos a termo certo, por exemplo as AEC's, são obrigatoriamente através  
47 de prestações de serviço e de contratos que têm prazos, apesar de defenderem que deviam  
48 ser contratados diretamente.

49  
50 Relativamente às acessibilidades ao novo Hospital, informou que têm tido garantias apenas  
51 verbalmente, apesar daquele novo compromisso da Senhora Ministra da Coesão, a verdade

1 é que continuam sem ter o documento, mas assim que as expropriações estiverem feitas e  
2 havendo condições lançam imediatamente as empreitadas para avançar com as  
3 acessibilidades e com a rede de água e saneamento, portanto não haverá por parte da Câmara  
4 qualquer atraso nessa matéria.

5  
6 Acerca do protocolo da visita do senhor Presidente da Letónia, esclareceu que foi dirigido e  
7 acompanhado pelo protocolo da Presidência da República, a Câmara limitou-se a  
8 acompanhar aquilo que o protocolo apontou, mas reconheceu que quando chegou à sessão  
9 estranhou não ver alguns Presidentes de Junta, admirou-se de facto com a situação mas não  
10 fez aquela ligação e agora, com o que foi dito, entendeu que deveria ter havido aquele  
11 contacto e irá procurar perceber como é que funcionou, mas toda a estadia do senhor  
12 Presidente da Letónia foi decidida pelo protocolo da Presidência da República.

13  
14 No que respeita a Évora 2027, como já referiu, a Comissão Executiva aprovou os contactos  
15 para poder agora começar a incluir as pessoas.

16  
17 Sobre a lavagem de contentores, confirmou que têm tido dificuldades e que procuraram com  
18 a GESAMB fazer um acordo para a lavagem de contentores, mas o equipamento que existe  
19 é insuficiente e estão a ver se encontram algumas soluções que permitam uma lavagem mais  
20 regular, mas naquele momento ainda não têm a solução.

21  
22 Quanto às novas extensões de Saúde, realçou que houve um compromisso do Ministério da  
23 Saúde de garantir os 100% do financiamento, mas o PRR só garantia 140 mil euros por cada  
24 extensão, pelo que propuseram que, no mínimo, fosse 200 mil euros o que foi aceite, mas  
25 também estão à espera dos documentos de cada uma das extensões.

26  
27 Sobre o Relatório da Autoria, como já informou, o relatório bem como os processos de  
28 inquérito estão em fase de conclusão e identificaram problemas que obrigam a comunicar ao  
29 Ministério Público e, portanto, vão ter que ter em conta as questões que o Ministério Público  
30 exige, em termos de proteção de informação.

31  
32 Em relação à Carta Educativa, comunicou que está a ser feita pela Câmara em consonância  
33 com a CIMAC e que houve um financiamento, não do Ministério da Educação, mas por via  
34 de um outro programa.

35  
36 Quanto à questão dos edifícios transferidos, no âmbito da Transferência de Competências na  
37 Área da Saúde, revelou que fizeram um levantamento em todos os edifícios que passaram  
38 para a responsabilidade da Câmara, e alguns são arrendados, portanto há situações diversas.

39  
40 Acerca do IP2, referiu que têm a informação de que está a ser concluído o projeto de  
41 adaptação do IP2, o que os surpreendeu porque o IP2 já tinha projeto e não percebem porque  
42 é que tem que se adaptar o projeto, aliás a obra até já esteve adjudicada.

43  
44 Relativamente aos caminhos municipais, lembrou que estão a prever poderem intervir,  
45 através de administração direta, de aquisição de serviços e empreitadas, embora não possam  
46 intervir em todos os caminhos, longe disso porque não têm essa capacidade, mas estão a  
47 procurar identificar as situações.

48  
49 Em relação à revisão do PDM, disse que ficaria muito aliviado se o Governo dissesse que  
50 não é preciso adaptar o PDM à Lei dos Solos, era excelente, assim deixavam ficar o PDM  
51 como está, bastava apenas que o Governo tomasse aquela medida.

1 Sobre a questão da água de São Manços, lembrou que as intervenções previstas já se  
2 fizeram e julga que houve alguma melhoria, mas está previsto continuarem aquelas  
3 intervenções.

4  
5 Sobre o Centro Infantil, mencionou que, como é sabido, o valor identificado do custo do  
6 projeto consideraram que era um perfeito exagero, mas como se comprometeram a financiar  
7 uma parte do projeto assim o farão, estão a tentar perceber qual será a percentagem adequada,  
8 tendo em conta os valores que a tabela dos arquitetos leva em geral, relativamente ao projeto  
9 e projetos de especialidades, portanto, considerou que nas próximas semanas estarão em  
10 condições de poder analisar.

11  
12 **O deputado Paulo Ribeiro** referiu que o Movimento Cuidar de Évora tem recebido alguns  
13 relatos não só de distúrbios da ordem pública como também de insegurança, nomeadamente  
14 na Rua Serpa Pinto, através de lojistas, de comerciantes e, inclusivamente de alguns  
15 empresários da zona, que estiveram no local numa visita que foi preconizada por parte da  
16 sua Vereadora, e perguntou se já estava ao corrente da situação, se já tinha falado com as  
17 autoridades, no sentido de manifestar a preocupação deles.

18  
19 **O deputado Francisco Brito** começou por agradecer ao senhor Presidente da Câmara as  
20 informações que prestou e informou que gostaria de colocar mais dois temas. O primeiro  
21 tem a ver com a Feira do Livro, porque no ano passado houve algumas críticas e o Município  
22 disse que haveria lugar a alterações e a alguma evolução, mas este ano viram, mais ou menos,  
23 a mesma coisa, e perguntou se realmente há espaço para a evolução, se o conceito vai ser  
24 alterado, porque de facto há melhorias que têm que ser feitas.

25 O segundo para alertar para a existência de ervas no Centro Histórico, a proliferação de ervas  
26 que começaram a notar por via daquilo que é a ação climática, e pediu uma intervenção do  
27 Município.

28  
29 **O deputado Luís Pardal** em relação à informação do senhor Presidente da Câmara sobre o  
30 lançamento de um concurso de 500 mil euros para adjudicar intervenções em estradas, em  
31 que há um claro e reconhecido défice e uma clara necessidade de se intervir, e porque a  
32 Câmara Municipal tem no Orçamento 2 milhões de euros, perguntou porque é que em abril  
33 se lançou um concurso de 500 mil euros, sabendo da enorme necessidade e da complexidade  
34 dos concursos, e não se lançou uma empreitada maior para fazer uma intervenção maior.

35 Sobre a questão do PDM, disse que existe, tal como foi anunciado, a alteração e a agilidade  
36 para que os Municípios possam reclassificar os solos rústicos para urbanos, desde que os  
37 terrenos tenham finalidade para construção de habitação pública ou a custos controlados, em  
38 que um critério é que esses terrenos sejam contíguos ao solo urbano, que é o caso de toda a  
39 zona da Prématal, e apelou ao Executivo da Câmara Municipal para rever aquela questão de  
40 fundo.

41 Relativamente à reunião que aconteceu entre a IP, a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia  
42 e a Associação de Moradores da Garraia, salientou que o vereador José Calixto desbloqueou  
43 aquilo que parecia ser muito difícil de fazer, que era agendar uma reunião com a IP, o que  
44 felizmente aconteceu e se conseguiu um consenso generalizado de todos os intervenientes,  
45 e saudou a Câmara Municipal por todo aquele processo, em que a IP reconheceu aquele  
46 ponto negro por um lado e por outro lado demonstrou a disponibilidade financeira para,  
47 através de um protocolo com Câmara Municipal, poder apoiar a intervenção num caminho  
48 municipal, e espera-se agora que a Câmara acompanhe a intervenção ao nível do  
49 abastecimento da água para se fazer uma intervenção mais profunda.

50

1 **A deputada Paula Pita** realçou que o MCE é Cuidar da Cidade pelo que muito se  
2 congratulam com a requalificação e a conservação do património e uma das zonas que foi  
3 recuperada foi a conceção cénica da Rotunda das Portas do Raimundo que está de facto  
4 muito bonita, mas gostaria que houvesse uma intervenção junto do outro monumento ali  
5 existente, que é o monumento da Porta do Cutileiro, que está praticamente tapado pelos  
6 outdoors e pelas árvores, sendo uma obra feita por um eborense, uma obra que custou algum  
7 dinheiro, e por isso era necessário dar uma maior relevância àquele monumento. Em relação  
8 ao Salão Central, uma vez que é um espaço cultural multiusos que faz muita falta à Cidade,  
9 perguntou quando é que está prevista a finalização das obras. Realçou com agrado a  
10 homenagem a Sophia de Mello Breyner no Dia da Poesia e também no mês da Mulher, e  
11 como já várias mulheres foram propostas para nomes de ruas ou de cidades, também já era  
12 tempo de se procurar mulheres e homens ilustres para fazer também essa requalificação da  
13 Cidade, das ruas e avenidas. Referiu também com agrado que se está a preparar o programa  
14 comemorativo de 20º aniversário da Geminção Évora-Chartres e solicitou a informação  
15 sobre o programa.

16  
17 **O deputado Francisco Figueira** começou por questionar o senhor Presidente da Câmara  
18 em que ponto se encontra a obra de intervenção no acesso pedonal à estação ferroviária da  
19 CP, assim como a obra de preservação da muralha no troço Portas de Avis - Portas da Lagoa.  
20 Sobre o parque de máquinas que está no Largo Machede Velho, perguntou se já há,  
21 objetivamente, uma solução.

22 Quanto ao arvoredo da Avenida Calouste Gulbenkian, ao longo de todo o Rossio de São  
23 Brás, pretendia saber se os serviços da Câmara estão em condições de garantir a segurança  
24 daquele arvoredo, porque lhe parece que não é podado há imenso tempo e são árvores de  
25 grande porte.

26 No âmbito da visita do Presidente Lula da Silva, perguntou se a Câmara fez alguma  
27 diligência no sentido de alguns investimentos do Cluster Aeronáutico poderem ser  
28 canalizados para a cidade.

29 Do ponto de vista da intervenção na conduta geral de infraestruturas da Malagueira, vulgo  
30 aqueduto, questionou em que ponto é que está a intervenção prevista naquela infraestrutur  
31 emblemática naquele Bairro simbólico da Cidade;

32 Em relação à Comissão de Toponímia da Cidade de Évora, perguntou qual é o ponto de  
33 situação do seu funcionamento, julga saber que tem tido algumas dificuldades, o que tem  
34 criado alguns bloqueios em algumas questões ali tratadas quanto à atribuição de nomes de  
35 ruas e a homenagens a cidadãos eborenses e outros.

36  
37 **O Presidente da Câmara** começou por esclarecer que relativamente às questões de  
38 insegurança, o que fazem é reunir regularmente com a PSP, transmitem as informações que  
39 têm, ouvem as medidas que a PSP está a tomar, e já terão verificado que regularmente a PSP  
40 tem intervenções para deter pessoas, ainda à poucas semanas isso aconteceu, só que a  
41 investigação leva tempo e exige aquele tipo de meios.

42  
43 Em relação à Feira do Livro, têm feito a Feira do Livro de acordo com os livreiros e com as  
44 instituições parceiras, entendem a estratégia da Feira do Livro tem sido envolver os livreiros  
45 locais e era com os livreiros locais que estavam a trabalhar, foi essa a estratégia que foi  
46 definida para a Feira do Livro, felizmente já têm o envolvimento de todos os livreiros e,  
47 portanto, estão em condições de, desde que haja vontade coletiva para isso, poderem passar  
48 a outros patamares. A Feira do Livro, a seu ver, neste ano teve uma proposta ao nível do  
49 programa superior àquela que era a anterior.

50

1 Sobre o problema de ervas, irão continuar a ter o problema de ervas, espera que não tão  
2 generalizado como ano passado, mas não há capacidade para responder a todo o Concelho  
3 aquele nível, portanto, têm de assumir de uma forma honesta aquela situação, mas estão a  
4 procurar as soluções.

5  
6 Relativamente às estradas, foram lançados dois concursos para questões específicas da rede  
7 viária e estão a ser preparados outros por forma a atingirem o objetivo que se propuseram,  
8 um deles tem a ver com a intervenção de micro aglomerados, outro tem a ver com o tipo de  
9 intervenção de betuminosos para poderem usar na pavimentadora.

10  
11 No que diz respeito ao PDM, salientou que não basta haver afirmações, são necessários  
12 instrumentos jurídicos que permitam fazer essa questão, já têm trocado impressões sobre  
13 aquela matéria, e por isso não vai ali tratar questões específicas.

14  
15 Quanto à reunião com a IP, registou que atribuiu apenas a um senhor vereador a questão da  
16 reunião, como se não tivessem contactos da sua parte relativamente aquela matéria, mas  
17 aceita essa questão, como diz não gosta de puxar dos galões, o importante é que foi feita a  
18 reunião e foi possível encontrar um consenso para se responder àquela situação.

19  
20 **Sobre** o Monumento do Cutileiro, há dois outdoors políticos, mas as questões de ordem  
21 política regem-se por uma legislação própria, aquilo que têm feito é contactar as forças  
22 políticas, procurando sensibilizar para fazerem alterações naquele sentido, em geral tem  
23 corrido bem e é isso que procuram fazer.

24  
25 **Em** relação ao Salão Central, o problema continua na falta do PT, a ERedes continua a não  
26 garantir o prazo para resolver o problema, já fizeram a intervenção da cablagem, portanto  
27 têm aquele problema.

28  
29 Quanto à Geminação de Évora com Chartres, disse que naquele momento está em Chartres  
30 uma delegação de Évora, coordenada pelo Vice-Presidente Alexandre Varela, com  
31 representantes das associações empresariais que tem em contato preferencialmente na área  
32 da economia, mas que farão também outros contactos no sentido de reforçar a relação com  
33 Chartres.

34  
35 Acerca do acesso pedonal à estação ferroviária, já têm a obra adjudicada, já têm o Visto do  
36 Tribunal de Contas, a obra irá avançar e estão a procurar fazer a coordenação com a Feira  
37 de São João, porque pode haver algumas implicações.

38  
39 Relativamente à Muralha, vai avançar também uma empreitada para recuperação da parte da  
40 muralha, quanto à outra parte da iluminação estão à espera que haja financiamento, têm o  
41 projeto pronto há já algum tempo, há 2 anos pelo menos, e assim que houver financiamento  
42 avançam com a proposta da iluminação, a outra parte vão intervir, já foi feito um  
43 levantamento exatamente naquela zona onde a muralha abriu uma fenda.

44  
45 No que diz respeito ao Rossio de São Brás e ao arvoredos, têm um problema geral, que já tem  
46 ali dito, que os Arquitetos Paisagistas defendem que as árvores não devem ser podadas ou  
47 terem podas muito limitadas, o que para ele é um pouco incompreensível, porque na sua  
48 juventude via podas radicais nas árvores e sinceramente não lhe parecia que elas fossem  
49 afetadas, mas não é da sua especialidade, no entanto tem havido de facto a vontade de haver  
50 intervenções mais suaves ao nível das árvores que causam alguns problemas.

51

1 Sobre a questão da Aeronáutica, disse que a relação da Câmara faz-se através de vários  
2 níveis, mas em particular através do Cluster AED e das relações que têm a esse nível.

3  
4 Acerca da conduta geral da Malagueira, informou está a ser feito o projeto de requalificação  
5 e têm uma pessoa que está diariamente na conduta a fazer intervenções para minorar os  
6 problemas que têm na conduta da Malagueira.

7  
8 Em relação à Comissão de Toponímia, já está a trabalhar, já aprovou o conjunto de nomes,  
9 não aprovou o do Cutileiro porque na altura faltava um parecer da Junta de Freguesia, a Junta  
10 de Freguesia pediu para poder dar o parecer, já deu o parecer, na próxima reunião da  
11 Comissão de Toponímia ficará resolvido esse, é claro que para todos os nomes que têm, têm  
12 que ter ruas, portanto não é possível resolver aquilo dessa forma, mas a Comissão de  
13 Toponímia já está a trabalhar, já apresentou o seu trabalho, e relativamente aquele caso,  
14 pensa que será resolvido e espera que possam, como fizeram com a Sofia de Melo Breyner,  
15 este ano atribuir de uma forma digna, a um troço digno o nome do escultor Cutileiro.

16  
17 **O deputado Luís Pardal** relativamente ao ponto negro da Garraia, sublinhou a questão que  
18 mereceu o consenso e a dedicação de todos os vereadores da Câmara Municipal e o senhor  
19 Presidente em particular, agradeceu o empenho, e a realidade é que, e isso foi o objetivo  
20 principal, se minimizaram os impactos que iriam ter, e esclareceu que fez a referência ao  
21 vereador José Calixto porque é uma realidade, mas espera que não foque a sua internação  
22 apenas naquele aspeto, aquilo que apela e que acredita que assim seja, é que quer a Câmara  
23 Municipal, quer as Infraestruturas de Portugal possam cumprir com aquilo que ficou  
24 acordado, com a maior celeridade possibilidade.

25  
26 **O Presidente da Câmara** informou que as Infraestruturas de Portugal ficaram de apresentar  
27 um protocolo de acordo à Câmara Municipal, o que aguardam e posteriormente farão circular  
28 para que haja também um consenso, quer com a Junta de Freguesia, quer com a Associação  
29 de Moradores, em relação ao acordo que vierem a assinar com as Infraestruturas de Portugal.

30  
31 **O Presidente da Assembleia Municipal** constatando não haver mais pedidos de  
32 intervenção, informou que passam ao ponto 2.

33  
34 **2. Atribuição de dominialidade pública a troço na Estrada dos Aliados, na União**  
35 **das Freguesias de Bacelo e Senhora da Saúde.**

36  
37 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

38  
39 **O Presidente da Câmara** informou que apresentaria os pontos 2 e 3 em simulyaneoa, pelo  
40 facto de serem assuntos semelhantes, porque são apenas acertos relativamente a duas  
41 situações e que têm a ver, sobretudo, com a necessidade junto dos cadastros para poderem  
42 resolver aqueles assuntos.

43  
44 **O deputado Luís Pardal** saudou o Município por aquela passagem e salientou que União  
45 das Freguesias de Bacelo e Senhora da Saúde é favorável àquelas passagens para o domínio  
46 Público pela sua importância, como tantas outras que revelam uma verdadeira utilidade  
47 Pública e que já deixaram há muito tempo de ser um acesso a particulares, lembrou que  
48 foi anunciada a construção do acesso pedonal na Estrada dos Aliados e apelou que seja  
49 também feito o afundamento das valas.

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** perguntou a todos os eleitos se concordavam com  
2 a votação do ponto 2 e ponto 3 em simultâneo, de acordo com a sugestão do senhor  
3 Presidente da Câmara.

4  
5 Não havendo objeções, o **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do  
6 Presidente da Câmara e do eleito e não verificando mais pedidos, submeteu a presente  
7 **Atribuição de dominialidade pública a troço na Estrada dos Aliados, na União das**  
8 **Freguesias de Bacelo e Senhora da Saúde**, a votação.

9  
10 **Deliberação Atribuição de dominialidade pública a troço na Estrada dos Aliados, na**  
11 **União das Freguesias de Bacelo e Senhora da Saúde:**

12 **Aprovada por unanimidade**, com 31 presenças verificadas.

13  
14 **3. Atribuição de dominialidade pública a troço na Tapada do Esquinaleiro.**

15  
16 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver pedidos de intervenção,  
17 submeteu a presente **Atribuição de dominialidade pública a troço na Tapada do**  
18 **Esquinaleiro**, a votação

19  
20 **Deliberação Atribuição de dominialidade pública a troço na Tapada do Esquinaleiro:**  
21 **Aprovada por unanimidade**, com 31 presenças verificadas.

22  
23 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passam ao ponto 4.

24  
25 **4. Celebração de Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia para**  
26 **o ano de 2023.**

27  
28 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

29  
30 **O Presidente da Câmara** realçou que têm conversado com as Juntas de Freguesia sobre  
31 aquela matéria, procurando acertar critérios que sejam justos para as duas partes. As questões  
32 fundamentais têm-se centrado, sobretudo, na questão dos refeitórios escolares, uma vez que  
33 habitualmente davam valores positivos e no último ano pelas razões conhecidas,  
34 nomeadamente a inflação, houve zonas em que isso não se verificou, portanto, admitiram  
35 que conforme a evolução da situação possam também garantir a evolução daquele contrato,  
36 não estão agarrados a uma solução definitiva, mas a solução que foi encontrada para já serve  
37 ambas as partes, se bem que não ficou ainda tudo resolvido mas grande parte das questões  
38 ficaram resolvidas e permitem que, com a celebração dos Contratos Interadministrativos,  
39 possam transferir as verbas que se comprometeram a aumentar para as Juntas de Freguesia.

40  
41 **O deputado Luís Pardal** referiu que aquele processo foi mais longo do que aquilo que  
42 deveria ter sido, porque os contratos já deviam ter sido assinados há mais tempo, mas que  
43 foram fruto de uma articulação e de uma negociação aberta entre a Câmara Municipal e as  
44 Juntas de Freguesia. Confirmou o que o senhor Presidente da Câmara disse, que o contrato  
45 não é o ideal, que está longe disso, mas que é uma situação intermédia, sobretudo por  
46 clarificar a questão de que a Câmara Municipal cobrirá se houver défice e que se houver  
47 superavit as Juntas de Freguesia comprometem-se a aplicar esse dinheiro nos refeitórios,  
48 portanto, é uma situação que garante e estabiliza eventuais questões que possam acontecer,  
49 fruto de dificuldades que possam surgir às Juntas de Freguesia. Transmitiu que, fruto das  
50 negociações que houveram, se constatou a existência de uma grande dificuldade na forma e  
51 na gestão do pagamento das refeições, e sabendo que pelo menos na maiorias das escolas os

1 alunos já têm cartões eletrónicos de pagamento e as de gestão das Juntas de Freguesia não  
2 têm, que ainda têm um sistema arcaico agilizado recentemente através de transferências  
3 bancárias, mas que acarreta outras dificuldades sobretudo administrativas, e realçou que nas  
4 negociações houve um sinal positivo da parte da Câmara Municipal para ainda este ano se  
5 adquirirem equipamentos para os cartões eletrónicos e se instalem nas Escolas.

6  
7 **O Presidente da Câmara** sublinhou que a questão da cobertura do défice já estava garantida  
8 desde o ano passado, mas o que fizeram foi clarificar e transpor em termos de texto aquele  
9 ponto, pareceu-lhe que a questão ficou resolvida, mas vão continuar a falar para irem  
10 melhorando, na medida do possível, aquele tipo de cooperação muita positiva entre a Câmara  
11 e as Juntas de Freguesia.

12  
13 **O deputado José Figueira** disse que verificou que houve, até pelas palavras do deputado  
14 Luís Pardal, um esforço no sentido de ultrapassarem algumas dificuldades e um aumento  
15 dos valores daqueles Contratos Interadministrativos, nomeadamente ao nível das verbas a  
16 transferir por quilómetro, por refeição, um novo valor para o suplemento de refeição e para  
17 da gestão dos cemitérios, e também a importação de 9% para os encargos com pessoal que  
18 as Freguesias têm para dar apoio às refeições escolares. Nesse sentido, questionou o  
19 Presidente da Câmara sobre todos aqueles acordos feitos com todos aqueles valores, quais  
20 foram, em termos globais, os valores das transferências e qual foi o aumento médio do  
21 Município no âmbito dos Contratos Interadministrativos.

22  
23 **O deputado Francisco Brito** acerca dos Contratos Interadministrativos disse que acredita  
24 que no ano passado houve condições excecionais para o seu atraso, mas é preciso trabalhar  
25 não só para Contratos Interadministrativos, mas também para o Orçamento, para que sejam  
26 feitos atempadamente. Realçou a questão colocada pelo deputado Luís Pardal em relação  
27 aos cartões e sugeriu que a questão do tratamento ou de da forma como são feitos os  
28 pagamentos não se cinja apenas à hipótese dos cartões, porque não acredita que o cartão seja  
29 propriamente eficaz, porque tem visto outras soluções mais eficazes, portanto, considerou  
30 que deve haver um trabalho de uma forma mais aberta e não fixar diretamente na questão  
31 dos cartões, no sentido para conseguirem uniformizar uma forma de pagamento. Agradeceu  
32 ao Município a posição em relação ao possível défice, até porque tem sido registado pela  
33 maior parte das Freguesias, pelo menos referente ao ano de 2022, e o que os preços dos bens  
34 alimentares neste momento lhes dizem é que esses défices vão continuar, portanto, o  
35 Município assumir essa responsabilidade é de facto importante porque estão a falar de  
36 Contratos Interadministrativos, que é uma competência do Município transferida para as  
37 Juntas de Freguesia, e, naturalmente, não devem ser as Juntas de Freguesia a suportar aqueles  
38 défices.

39  
40 **O deputado Luís Pardal** considerou que não deverá ser prática continuar, para os próximos  
41 anos, a empurrar para a frente as aprovações de Orçamentos Municipais, neste ano a  
42 justificação foi a negociação e, muito bem, cá estarão para continuarem as negociações.

43  
44 **O deputado José Figueira** questionou o senhor Presidente da Câmara se, ao longo daquele  
45 processo, as freguesias receberam as verbas independentemente de os Acordos  
46 Interadministrativos estarem assinados, ou se houve alguma suspensão do pagamento  
47 trimestralmente.

48  
49 **O Presidente da Câmara** salientou que a questão fundamental é que o acordo que fizeram  
50 com as Juntas de Freguesia porque foi exatamente no sentido de o irem adaptando à  
51 realidade, e a realidade muda em alguns casos muito rapidamente e precisam de se adaptar,

1 pelo que o acordo que, em conjunto, conseguiram é muito positivo. Sobre os pagamentos  
2 disse que há pagamentos que estão já a ser feitos diretamente a partir do Orçamento de  
3 Estado, mas com verbas do Município, e as verbas dos aumentos serão da responsabilidade  
4 do Município. Informou que farão as transferências para as Juntas de Freguesia a partir dos  
5 Contratos Interadministrativos, não as podem fazer antes, ano a ano serão acertadas aquelas  
6 verbas e resolvido o problema dos pagamentos, mas tem que ser assim porque têm que  
7 informar as verbas do ano seguinte até junho, do ano anterior, e é um espaço muito grande  
8 para poder garantir as verbas para o ano seguinte, mas acertarão as contas com as Juntas de  
9 Freguesia.

10 Acerca dos valores concretos dos Contratos, não conseguem saber exatamente porque vão  
11 aprovando à medida que as Juntas vão informando, e há alterações nas refeições, nos  
12 transportes escolares, alterações que levam a que só de mês a mês possam saber exatamente  
13 os valores que estão em causa e, portanto, aprovaram uma estimativa global que depois, com  
14 os dados concretos, vão às reuniões de Câmara e da Assembleia, com as informações das  
15 Juntas de Freguesia, para aprovarem os valores concretos a transferir e que estão  
16 identificados na Conta de Gerência.

17  
18 **O deputado Luís Pardal** disse que a responsabilidade da gestão pública é do Executivo da  
19 Câmara, porque é disso que se trata, e desde o primeiro momento numa das primeiras  
20 reuniões que tiveram de negociações ficou bem claro que, independentemente da data, era o  
21 compromisso, porque acreditam que a gestão dos refeitórios é importante, que as Juntas de  
22 Freguesia querem estar do lado da solução e, portanto, assumiram que iriam suportar o tempo  
23 que fosse preciso até haver uma concretização e foi isso que aconteceu, estão a receber as  
24 transferências, estão a suportá-las, porque é a responsabilidade pública, em irão receber em  
25 2023 face a 2022.

26  
27 **O deputado José Piteira** disse que pretendia clarificar uma questão em relação aos  
28 protocolos para que os membros da Assembleia, que não estão ligados diretamente às Juntas  
29 de Freguesia, tenham também uma noção de que não se podem englobar as Juntas todas no  
30 mesmo pacote, embora estejam todas no mesmo barco, e deu como exemplo a sua Junta que  
31 tem em média 24 refeições, a 1 euro e 81 cêntimos, que são 20 ou 30 euros por dia.

32  
33 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do Presidente e dos eleitos  
34 e não verificando mais pedidos, submeteu a presente **Celebração de Contratos**  
35 **Interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2023**, a votação.

36  
37 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que se ausentou da Sessão a deputada  
38 Clara Grácio.

39  
40 **Deliberação da Celebração de Contratos Interadministrativos com as Juntas de**  
41 **Freguesia para o ano de 2023:**

42 **Aprovada por unanimidade**, com 30 presenças verificadas.

43  
44 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que vão passar ao Ponto 5.

45  
46 **5. Documentos da Prestação de Contas 2022.**

47  
48 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

49  
50 **O Presidente da Câmara O senhor Presidente** começou por dizer que a atividade e a  
51 gestão municipal no ano de **2022**, primeiro ano civil do mandato 2021-2025, tem a marca

1 histórica da obtenção para Évora, por decisão de um júri internacional, do título de **Capital**  
2 **Europeia de Cultura em 2027**.

3 Acrescentou que a vitória de Évora naquele processo concorrencial entre 12 cidades  
4 portuguesas, é particularmente relevante porque culmina um caminho e uma estratégia de  
5 afirmação nacional e internacional de Évora; porque mostrou que, sob a liderança da Câmara  
6 Municipal, é possível e desejável, juntar e pôr a cooperar, em torno de um objetivo  
7 estratégico comum, diversas instituições de Évora e da Região; porque abre perspetivas de,  
8 tendo no centro a cultura, avançar para a transformação urbana global, alavancar o  
9 desenvolvimento equilibrado e sustentável de Évora, promover Évora e o Alentejo como  
10 cidade e região atrativas para viver, trabalhar, visitar; porque reforça e amplia a projeção de  
11 Évora no país, na Europa e no mundo.

12 O **senhor Presidente** lembrou que o ano de 2022 é, também, marcado pela guerra na  
13 Ucrânia, invadida pela Federação Russa, com consequências globais na Europa e no Mundo.  
14 O Município de Évora afirmou a sua solidariedade ativa com o Povo Ucrâniano, principal  
15 vítima da guerra, assegurou um programa ativo de acolhimento aos refugiados da guerra,  
16 exigiu a Paz com base nos acordos e convenções internacionais da Organização das Nações  
17 Unidas. A guerra teve um impacto negativo na economia da Europa e do mundo. O processo  
18 inflacionista que já se vinha registando no final de 2021, cuja principal causa decorria da  
19 pandemia COVID-19, foi acelerado e ampliado.

20 O **senhor Presidente** disse que o ano de 2022 foi um ano atípico, de grande incerteza, com  
21 severos impactos negativos, nomeadamente a nível económico e social, que afetou e obrigou  
22 a alterações na programação municipal prevista, mas que permitiu, ainda assim, salvaguardar  
23 o equilíbrio económico e financeiro estrutural e uma intensa e diversificada atividade  
24 municipal.

25 O **senhor Presidente** afirmou que as Opções do Plano e o Orçamento Municipal de 2022  
26 estruturaram soluções de compromisso provenientes das propostas programáticas  
27 apresentadas por diversas forças políticas representadas no Município. A negociação para a  
28 viabilização das Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2022 foi complexa e  
29 demorada o que levou à sua aprovação final pela Câmara Municipal em 30/3/2022 e pela  
30 Assembleia Municipal em 22/4/2022. A sua aplicação verificou-se, portanto, a partir de  
31 finais de Abril de 2022.

32 O **senhor Presidente** abordou, então, a **força de trabalho** do Município recordando que o  
33 aumento de mais de 300 trabalhadores efetivos decorreu da imposição da transferência de  
34 competências na área da educação. Salientou que a Câmara Municipal está, na maioria dos  
35 Serviços, a trabalhar acima dos seus recursos e garantir, globalmente, respostas de serviço  
36 público muito positivas e isso se deve ao profissionalismo, ao empenhamento e, até, a alguns  
37 sacrifícios da grande maioria dos trabalhadores municipais, aos quais agradeceu o  
38 desempenho em prol do serviço público.

39 O **senhor Presidente** passou, de seguida, à análise dos principais dados financeiros e  
40 económicos que considerou muito positivos.

41 Quanto à **dívida global do Município**, informou que, desde o início do penúltimo mandato,  
42 outubro de 2013, até 31/12/2022, se registou uma significativa redução global da dívida:  
43 menos 42 milhões de euros, menos 44,08 %, sendo agora o valor da dívida global de 53,2  
44 milhões de euros. Em 2022 face a 2021, a redução global da dívida foi de **menos**  
45 **3.958.134,83 €, menos 6,9 %**.

46 Quanto ao **prazo médio de pagamento** a fornecedores era, em 2013, de 755 dias, tendo sido  
47 reduzido, até 31/12/2022, em 691 dias, ou seja, em menos 91,5%. Em 2022, face a 2021,  
48 houve um aumento de 15 dias, passando de 49 para 64 dias, sobretudo, resultado dos  
49 problemas económicos imprevisíveis de 2022, mas também pelas alterações que a  
50 Tesouraria teve de sofrer.

1 Sublinhou que o Município terminou o ano de 2022 **sem pagamentos em atraso**, isto é, não  
2 havia dívidas vencidas superiores a 90 dias.

3 Quanto à **evolução financeira**, o **equilíbrio orçamental** que em 2013 era negativo em 9,5  
4 milhões de euros, na verdade um grande desequilíbrio, registou, em 2022, um valor de 8,4  
5 milhões de euros, mais 1,4 milhões do que em 2021. Também o **saldo orçamental** que em  
6 2013 era negativo em 7,7 milhões de euros, registou, em 2022, um valor de 11 milhões de  
7 euros, mais 1,7 milhões do que em 2021.

8 Quanto à evolução económica, os **resultados operacionais** que em 2013 eram negativos em  
9 11,6 milhões de euros, registaram, em 2022, um valor positivo de 2,8 milhões de euros,  
10 superando o valor negativo de 2021 que era de menos 3,3 milhões de euros. Os **resultados**  
11 **líquidos do exercício** que em 2013 eram negativos em 12,7 milhões de euros, registaram,  
12 em 2022, um valor negativo de 1,6 milhões de euros, bastante melhor que os 4,4 milhões de  
13 euros negativos de 2021. Os resultados continuam a ser muito negativamente afetados pelos  
14 custos pagos ao sistema multimunicipal de águas e saneamento.

15 Quanto à **evolução do limite do endividamento** que, em 2013, apresentava um enorme  
16 excesso de endividamento de 32,6 milhões de euros, registou, em 2022, uma capacidade de  
17 endividamento de 13,7 milhões de euros, que cresceu, face a 2021, em 5,7 milhões de euros.  
18 O **senhor Presidente** abordou, de seguida, alguns dos principais aspetos da gestão municipal  
19 em 2022. Começou, por referir, que a gestão política do Município exigiu o regular confronto  
20 de posições, a disponibilidade das diversas forças políticas para negociações de busca dos  
21 consensos possíveis, a concertação de posições finais. Acrescentou que se procurou dar  
22 respostas às diversas propostas incluídas nos acordos com as forças políticas, tendo sido feito  
23 um balanço e entregue, mas disse reconhecer que nem todas foram concretizadas, ainda que  
24 parcialmente.

25 Prossequindo a sua apresentação, o senhor Presidente referiu-se à área da Habitação que deu  
26 continuidade à concretização da Estratégia Local de Habitação e do Plano Local de  
27 Habitação, nomeadamente:

- 28 • A continuidade do Atlas de Habitação e Reabilitação Urbana, com destaque para o apoio  
29 a 70 proprietários para obtenção de benefícios fiscais ou de reabilitação dos prédios;
- 30 • O papel da Habévora com as candidaturas para a reabilitação do Bairro das Coronheiras  
31 no valor de 455.221,75 euros referente a 38 fogos e para a reabilitação de quarteirão no  
32 bairro da Malagueira no valor de 1.279.432,79 euros referente a 12 habitações  
33 devolutas;
- 34 • O apoio a candidaturas de 163 agregados familiares, 304 atendimentos/visitas  
35 domiciliárias, a candidatura para a reabilitação de 2 fogos da SCME ou contrato de  
36 financiamento para novo Centro de Acolhimento e Urgência e Temporário em Évora no  
37 valor de 705.200 euros;
- 38 • Com a saída do PAEL, foi iniciada uma trajetória de descida do IMI, compatível com o  
39 equilíbrio económico do Município. Em 2022, o IMI foi reduzido para 0,42%.

40 O senhor Presidente disse que se continuou a **reforçar a Rede Social**, com um papel  
41 essencial nas respostas sociais, bem como o **Plano Integrado de Apoio Social**, tendo sido  
42 criado e iniciado a aplicação o **novo Cartão Município Solidário** que alargou o universo  
43 dos beneficiários. Igualmente, avançou o **Programa de Melhoria das Condições de**  
44 **Habitabilidade**, para apoiar obras de requalificação de outras habitações próprias ou  
45 arrendadas bem como a **Ação Social Escolar, os transportes e as refeições escolares**, cujos  
46 apoios foram além da lei.

47 Referiu, ainda, o funcionamento regular do Centro de Convívio da CME, a entrada em  
48 funcionamento depois da obra de mais de € 400 mil euros do Centro de Convívio de S.  
49 Miguel de Machede, a obra em finalização do Centro de Convívio do Bairro de Santo  
50 António e os trabalhos para a requalificação do Centro de Convívio da Horta das Figueiras  
51 e da Malagueirinha.

1 Recordou que foi adiada a transferência de competências na área social, mas que foi criada  
2 uma Comissão para a sua preparação.

3 Salientou, também, o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação.

4 O senhor Presidente abordou a área da **Educação** com a transferência de competências em  
5 Abril de 2022, tendo transitado para o Município mais de 300 novos trabalhadores. A  
6 Câmara Municipal, apesar de todas as dificuldades, assegurou esta transição sem  
7 sobressaltos. Resolveu problemas como direitos dos trabalhadores que não eram cumpridos  
8 ou a devolução de competências aos diretores dos Agrupamentos.

9 **Destacou a Carta Educativa, o Plano Educativo Local, o avanço do projeto da Escola**  
10 **André de Gouveia e os investimentos de mais de 1,2 milhões de euros em escolas.**  
11 **Salientou a importância dos apoios socioeducativos em cerca de € 1 milhão de euros.**

12 Na área da **Saúde**, o senhor Presidente afirmou que a Câmara Municipal está a cumprir os  
13 seus compromissos quanto às obras de acessibilidade e redes de abastecimento de água e  
14 saneamento para o Novo Hospital Central do Alentejo, mas que se continuou à espera que o  
15 Governo defina, como comprometido, o financiamento a 100%.

16 Na área do **Desporto**, o senhor Presidente salientou a aplicação, ainda que com atraso, do  
17 Programa de Apoio a Instalações Desportivas, o reforço dos apoios aos clubes e ao desporto  
18 em geral que atingiu € 600 mil euros, o avanço do projeto do novo Estádio Desportivo,  
19 decorrente do concurso municipal, e destacou a imensa atividade desportiva com particular  
20 foco no Complexo Desportivo e nas Piscinas Municipais que foram objeto de requalificação,  
21 com um investimento global de € 500 mil euros.

22 O senhor Presidente sublinhou a prioridade para a **Juventude**, nomeadamente, continuando  
23 a aplicar o Plano Municipal para a Juventude, a incentivar a dinâmica e participação do  
24 Conselho Municipal de Juventude, o Mês da Juventude, o importante projeto municipal e  
25 em parceria que é a Orquestra Juvenil de Sopros e, ainda, o Festival Jovem.

26 De seguida, o senhor Presidente referiu a área da **Cultura e Património** que, para além, da  
27 histórica e desafiante conquista de Évora Capital Europeia da Cultura 2027, prosseguiu o  
28 **Programa de Revitalização do CH** e o **Programa de Valorização Integrada do**  
29 **Património** que continuou a reabilitação do Aqueduto da Água de Prata, o projeto para  
30 valorização do Cromeleque dos Almendres e a exigência da salvaguarda da Anta Grande do  
31 Zambujeiro.

32 O crescente prestígio internacional de Évora ficou bem patente na eleição para o Conselho  
33 de Administração da Organização das Cidades Património Mundial.

34 O senhor Presidente abordou a área do **Desenvolvimento Económico** afirmando que  
35 continuámos a atrair investimento, a aumentar os postos de trabalho, a gerar mais rendimento  
36 e riqueza em Évora. Destacou:

- 37 ○ A conclusão da aquisição de 10 ha para expansão do PITE, no valor de 600 mil euros;
- 38 ○ O novo arruamento no PITE, investimento de 700 mil euros, que melhorou a segurança  
39 e acessibilidade e possibilita a disponibilização de novos lotes;
- 40 ○ A disponibilização de lotes na Zona Industrial de S. Sebastião da Giesteira;
- 41 ○ O avanço mais lento do que o esperado, através de parceria, da preparação da  
42 infraestruturização da Zona Empresarial de N<sup>a</sup> Sra. Machede;
- 43 ○ Adquiridos novos terrenos e trabalhos para criar um novo Centro de Acolhimento de  
44 empresas no Aeródromo Municipal;
- 45 ○ Proposta a localização para um Pavilhão Multiusos;
- 46 ○ Reforço da parceria com o PACT e proposta para participação no capital social.

47 Na área do **Ordenamento do Território e Urbanismo**, o senhor Presidente referiu os  
48 processos de alteração do PDM e de revisão do PUE e reconheceu atrasos na modernização  
49 da gestão urbanística.

50 O senhor Presidente abordou os problemas de **qualificação da rede viária**, em que apesar  
51 de tudo se investiu cerca de 1,5 milhões de euros, ficando-se aquém do pretendido.

1 Na área do **ambiente** destacou a prossecução da **Estratégia Municipal de Adaptação às**  
2 **Alterações Climáticas** bem como **projetos** diversos: Plano de Mobilidade Sustentável;  
3 POCITYF; Laboratório Vivo para a Descarbonização.

4 O senhor Presidente referiu que na área do **abastecimento de água e saneamento**, também  
5 não foi possível atingir o pretendido, mas destacou a construção da ETAR das Carvalhas e  
6 um conjunto de obras de renovação e requalificação da rede.

7 O senhor Presidente referiu as dificuldades que se continuam a sentir na área da **higiene e**  
8 **limpeza públicas**, mas registou avanços na área da limpeza sendo que o problema das ervas  
9 teve ligeiras melhorias, mas continua de difícil solução. Referiu que foram levantados cerca  
10 de 4.000 depósitos ilegais de lixo. Ainda assim avançaram outros programas e medidas como  
11 a recolha de orgânicos em 2 zonas.

12 Na área da Proteção Civil e Segurança, o senhor Presidente salientou o significativo reforço  
13 do apoio aos Bombeiros Voluntários, que ultrapassou os 160 mil euros, e saudou o trabalho  
14 do da Proteção Civil Municipal.

15 O senhor Presidente referiu, de seguida, o cumprimento dos compromissos financeiros com  
16 as Juntas de Freguesias, que registaram um aumento de cerca de 18%, salientou o trabalho  
17 conjunto com as Juntas de Freguesia e reconheceu que, a nível de investimento municipal,  
18 não foi possível atingir o que inicialmente se apontou.

19 A concluir a sua intervenção, o senhor Presidente disse que, tendo em conta os impactos  
20 globais e no concelho dos problemas assinalados, o Município deu as respostas possíveis e  
21 adequadas à evolução da situação, salvaguardou e melhorou os indispensáveis equilíbrios  
22 financeiros e económicos, garantiu a recuperação da pandemia no âmbito das suas  
23 responsabilidades, assegurou um elevado nível de atividade bem como o investimento  
24 possível, contribuindo para melhores condições e qualidade de vida da população e para o  
25 desenvolvimento sustentável do concelho.

26

27 **O deputado Redolfo Pereira** cumprimentou todos os presentes e começou a sua  
28 intervenção por dizer que estão perante a primeira prestação de contas integral daquele  
29 mandato, marcado essencialmente por aquele momento histórico, que foi a nomeação de  
30 Évora como Capital Europeia da Cultura 2027, e aquela nomeação trará grandes  
31 responsabilidades mas também grandes oportunidades para a Cidade e para o Concelho, por  
32 isso, uma vez mais apelou à necessidade de envolver todas as forças políticas em torno  
33 daquele desígnio tão importante.

34

35 Referiu que a conjuntura económica internacional que existiu em 2022, e que ainda se  
36 verifica, trouxe constrangimentos a todos os níveis e em todos os setores, sejam eles públicos  
37 ou privados. A guerra na Ucrânia e a inflação galopante causou impactos tremendos na vida  
38 das instituições e das pessoas, principalmente na Europa. O Governo Português tem, de certa  
39 forma, tentado mitigar este impacto através de um conjunto de medidas e plano de apoio às  
40 famílias e às empresas. A nível local Évora debate há muito tempo com o problema da  
41 pobreza e em 2022 houve um crescimento do número das famílias vulneráveis, é urgente  
42 combater e minimizar aquele problema, os constrangimentos existem é um facto, mas não  
43 podemos usá-los constantemente como desculpa para a inércia.

44

45 Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, aludiu que é na adversidade que têm de ser  
46 mais proactivos, é nestes tempos que os cidadãos mais necessitam das instituições. O  
47 Município tem ao seu dispor boas medidas para combater aquelas situações, mas parece que  
48 tem dificuldades para as pôr em prática, melhor exemplo disso é o já referido Cartão Social  
49 do Município que em 2022 teve baixas taxas de execução, é necessário uma maior divulgação  
50 da medida junto dos parceiros e da comunidade para de facto essa medida chegar a quem  
51 mais precisa.

1 Sobre a habitação, que é outro dos grandes problemas do Concelho, realçou que em 2022 os  
2 preços das rendas na cidade dispararam, os lotes para a construção de habitação são poucos  
3 e os que existem são valorizados a preços proibitivos, e se nestes aspetos o município pouco  
4 ou nada fazer, tem ao seu dispor outros mecanismos e medidas que pode e deve desenvolver,  
5 o Plano Local de Habitação pode e deve ser utilizado para minimizar aquele problema, até  
6 porque tem uma dotação financeira considerável e em 2022 teve uma baixa execução. as  
7 reduções de taxas de IMI verificadas em 2022 também são boas medidas, mas devem ser  
8 complementadas com outras, tais como os loteamentos municipais, a redução das taxas  
9 urbanísticas para lotes em freguesias rurais e também uma maior agilização na análise e  
10 despacho de processos urbanísticos.

11  
12 Relembrou o senhor Presidente da Câmara que, em 2022, o relacionamento e cooperação  
13 com as Juntas e Uniões de Freguesia ficou muito aquém do desejável, não se realizaram as  
14 reuniões periódicas previamente acordadas, foram apresentados às Juntas e Uniões de  
15 Freguesia programas e intervenções com impacto direto no seu território e para os quais não  
16 foram chamadas a participar, dos investimentos solicitados ao Município pela Juntas e  
17 Uniões de Freguesia praticamente nenhum se iniciou, é urgente dotar as freguesias rurais de  
18 mecanismos que facilitem o seu crescimento e não medidas que limitem o seu  
19 desenvolvimento, como é exemplo a alteração do PDM que nalgumas zonas vai eliminar  
20 cerca de 50% dos terrenos urbanizáveis.

21  
22 Passando à análise das contas, começou por salientar uma melhoria do resultado líquido face  
23 ao ano anterior, apesar deste ter sido obtido, em parte, devido à redução das amortizações,  
24 no entanto é novamente um resultado líquido negativo, neste caso cerca de 1,5 milhões de  
25 euros, mesmo apresentando baixos valores de investimento realizado. Em 2022 verificou-se  
26 também uma baixa execução das receitas derivadas de projetos cofinanciados, neste aspeto  
27 há muito a melhorar, é preocupante também o grau de execução da receita em 2022 foi de  
28 83,54%, situando-se abaixo dos 85% definidos pelo indicador de prevenção de alerta  
29 precoce, conforme o estipulado no artigo 56º do Regime Financeiro das Autarquias Locais  
30 e Empresas Intermunicipais, o que no fundo indicia uma sobrevalorização do Orçamento da  
31 Receita, é urgente aumentar a capacidade de arrecadar receita efetiva, sob pena do Município  
32 entrar em desequilíbrio, também não é todo aceitável o Município ter valores substanciais  
33 de receitas por cobrar.

34  
35 Mencionou que até ao final do mandato o Município já assumiu cerca de 24 milhões de euros  
36 em compromissos futuros e 17 milhões de euros em obrigações futuras, e constataram  
37 também um aumento considerável ao longo do ano das despesas correntes em cerca de 10  
38 milhões de euros e uma baixa taxa de execução das receitas de capital. O nível de  
39 investimento realizado no ano de 2022 é completamente insuficiente face às necessidades da  
40 cidade e do concelho, não se podem refugiar apenas nas condicionantes externas para  
41 justificar o fraco investimento, pois outros conselhos de igual dimensão e até de menores  
42 dimensões continuam a executar investimento com as mesmas condicionantes, no entanto e  
43 como está transcrito no documento, e bem, este é um documento também de índole política  
44 e no fundo reflete as opções e políticas do executivo CDU para a Cidade e para o Concelho.  
45 Para finalizar a sua intervenção, e uma vez que consta no Relatório de Atividades do  
46 Município um conjunto de atividades dinamizadas pelas diversas associações do Concelho  
47 de distintas áreas de intervenção, agradeceu publicamente o trabalho realizado pelos seus  
48 dirigentes e colaboradores, grande parte deles em regime de voluntariado e que abdicam  
49 diariamente, semanalmente, mensalmente de parte do seu tempo familiar e de lazer, para em  
50 prol da comunidade dinamizarem a Cidade e o Concelho, e bem hajam.

1 **O deputado Natanael Vinha** mencionou que tem diversas perguntas muito concretas para  
2 o senhor Presidente da Câmara e começou por questionar quanto foi gasto, ou investido, na  
3 semana da Juventude em 2022; quanto foi gasto ou investido na habitação; quanto custou a  
4 Feira de S. João; qual foi o investimento no Apoio Social e na educação, não falando do  
5 montante das adjudicações porque importava saber desses montantes quais foram  
6 financiados por receitas próprias do Município; quanto ao reforço da Ação Social Escolar,  
7 refeições e transportes, além dos mínimos legais, se sabe dizer quanto foi; quanto foi gasto  
8 em Proteção Civil; quanto custou a candidatura a Capital Europeia da Cultura e qual foi o  
9 investimento final para obter o meritório resultado; quanto foi gasto em apoio ao desporto;  
10 na cultura diz que aumentou o apoio quanto foi no total esse apoio; a propósito da guerra na  
11 Ucrânia foi feito um programa de acolhimento aos refugiados qual foi a despesa que a  
12 Câmara Municipal de Évora incorreu com aquele programa; qual foi a receita Municipal em  
13 2022 que resultou da cobrança de coimas por estacionamento abusivo e qual foi a despesa  
14 com a sensibilização, fiscalização, sinalética horizontal e vertical naquele domínio.  
15

16 **O deputado Francisco Figueira** começou por recordar que os documentos que ali estão  
17 para aprovação foram aprovados na reunião de Câmara, apenas há 2 dias, e saudou todas as  
18 forças que na Conferência de Representantes se disponibilizaram para que isso fosse  
19 possível, para mais uma vez não voltar a bloquear o Município, por questões que a Câmara  
20 não consegue no tempo em que o deve fazer, e nem sempre isso aconteceu, até do ponto de  
21 vista da facilitação dos agendamentos da Assembleia Municipal, mas é com satisfação  
22 democrática e política que viu, pese embora as dificuldades que a Câmara continua a revelar  
23 em apresentar à Assembleia, em tempo útil os documentos, abertura, para poderem agendar  
24 aquela Assembleia com a Ordem do Dia que a população e os eborenses lhes exigem.  
25

26 Quanto à prestação de contas que ali foi trazida pela minoria que preside à Câmara, disse  
27 que já foi amplamente debatida na Câmara Municipal, que os vereadores da sua Coligação  
28 já debateram aquela questão de forma aprofundada e tecnicamente, portanto, sobre aquilo  
29 não tem mais nada a dizer e faz suas as posições que foram transmitidas, quer pelo vereador  
30 Henrique Sim Sim quer pela vereadora Patrícia Raposinho, mas ali a divergência deles com  
31 a minoria CDU tem muito a ver, não com uma divergente propriamente ideológica nem  
32 política, tem a ver com uma diferente perspetiva de ambição e de conceção daquilo que é o  
33 Município.  
34

35 Referiu que não se conformam com um Município que continua com largas franjas na  
36 pobreza, com habitação social sem condições de manutenção e muitas vezes indignas,  
37 qualquer pessoa que visite os imóveis da Habévora pode verificar essa situação, isso não é  
38 culpa do mandato que está em curso, tem a ver com o percurso que o Município fez ao longo  
39 de décadas e, portanto não se conformam nem acham que a forma de enfrentar aqueles  
40 problemas sejam a forma que a CDU tem oferecido à Cidade, e tudo isso já foi amplamente  
41 detido quer na Assembleia Municipal quer na Câmara Municipal, está certo que não vão  
42 chegar a um entendimento nem a um consenso quanto àquela conceção. Ainda há pouco  
43 quando colocou ao senhor Presidente da Câmara a questão da visita do Presidente Lula da  
44 Silva, foi clara a diferença, eles entendem que quem preside à Câmara de Évora deve ter  
45 uma atitude de ir atrás daquilo que precisam trazer para cá, não se podem limitar a dizer  
46 “faço parte de um órgão do cluster e quando o cluster reúne vamos lá e defendemos os  
47 interesses dos eborenses”, não tem nenhuma dúvida que o senhor Presidente defende os  
48 interesses dos eborenses e que sente Évora como ele também sente, não é isso que está em  
49 causa, a questão é que entendem que a forma como devem fazê-lo é totalmente diferente,  
50 têm que ser muitíssimo mais proativos e devem ir atrás das coisas.

1 Sobre do Liceu Nacional de Évora, a Escola Secundária André de Gouveia, que falou há  
2 pouco, andam a discutir as obras há mais de uma década, o senhor Presidente disse, e com  
3 certeza com inteira razão, que a obra custa muitíssimo mais do que alguma vez foi previsto,  
4 com certeza que sim, todas as obras custam hoje muito mais do que há 5 anos, como todos  
5 sabem, agora o senhor Presidente sabe perfeitamente que essa obra não foi feita porque a  
6 Câmara de Évora entendeu que não devia entrar com a sua comparticipação, e essa é que foi  
7 a realidade, e muito discutiram isso ali, é uma opção política como outra qualquer, mas  
8 discordam dela. Discordaram na Assembleia Municipal e na Câmara, com o investimento  
9 que a Câmara previu para a Habévora ainda no orçamento do anterior mandato e disseram-  
10 no com clareza porque acham que têm mesmo que investir e se for preciso cortar noutro lado  
11 para ajudar aquelas pessoas que estão a viver em situações indignas, é isso que têm que fazer,  
12 portanto isso foi vastamente dito e discutido.

13 Reafirmou que não se podem conformar com aquela situação, mas que quando diz que não  
14 se podem conformar, não está a dizer que a CDU está conformada, porque acha que não está,  
15 tem é uma forma de fazer as coisas que não se adapta aos tempos que estão a viver, e é por  
16 isso que hoje estudam, planeiam, analisam, os serviços da Câmara vão ver, com certeza que  
17 não são os serviços da Câmara que têm o dever de puxar pelo Município, mas a verdade é  
18 que, como já disse ali, na última década o Município com todas as condições que tem,  
19 naturais, patrimoniais e de localização geoestratégica, a verdade é que perdeu 3000 pessoas,  
20 e, portanto, têm que ter uma maneira de estar na vida, têm que ter uma forma de estar no  
21 Município, na política, na gestão da causa pública, muitíssimo mais proativa e com uma  
22 abertura e uma visão totalmente distinta daquela que hoje preside à Câmara.

23

24 **O deputado Paulo Ribeiro** fez a seguinte intervenção.

25 “Sr. Presidente e Sr. vice-presidente, digníssima equipa de Vereação, Sr. Presidente da mesa,  
26 estimados membros da mesa, caríssimos pares de todas as forças políticas, estimado público  
27 que se deslocou até nós, boa noite e bom trabalho a todos. Um agradecimento a todos os  
28 funcionários que estão a trabalhar e que permitem que a Assembleia reúna e que seja  
29 transmitida.

30 No que concerne à receita, uma vez mais parece-nos diminuta face às necessidades da nossa  
31 cidade, e para fazer face aos desafios futuros.

32 O facto de a Câmara não apresentar mais receita, condiciona-nos em termos de raio de ação,  
33 vê-se a edibilidade é toldada na sua atuação mais primária.

34 Perde-se a capacidade de intervenção em várias valências.

35 O MCE neste capítulo tem tido uma postura estruturante, pois temos apresentado as nossas  
36 preocupações, sempre coadjuvadas de diversas alternativas, temos desenvolvido esse  
37 trabalho na Assembleia Municipal e sobretudo através da nossa vereadora.

38 Elenco uma vez mais diversas alternativas que o Executivo possa considerar:

- 39 . melhoria de processos e procedimentos;
- 40 . melhoria na gestão e reorganização dos serviços;
- 41 . visitar o mapa de taxas e serviços prestados;
- 42 . taxa turística.”

43

44 **O deputado José Figueira** fez a seguinte intervenção.

45 “Senhor Presidente da AM

46 As intervenções que me precederam, de todas as restantes bancadas desta Assembleia,  
47 traduzem, a propósito do ponto referente à Prestação de Contas de 2022, apresentada pelo  
48 executivo CDU da Câmara Municipal, após a sua aprovação em sede de reunião de Câmara,  
49 traduzem, diria, visões diferenciadas sobre a gestão da Câmara, que decorrem do que cada  
50 força política pensa sobre o que para ela julga ser a melhor forma de fazer a gestão da Câmara

1 (será assim em Montemor-o-Novo, onde está o PS e/ou em Reguengos de Monsaraz onde  
2 está o PSD).

3 Obviamente, que como já foi referido pelo Sr. Presidente da CM, ao longo do presente  
4 mandato, pela correlação de forças em presença, essa mesma gestão decorre do  
5 aprofundamento do diálogo e dos compromissos assumidos entre todas as forças  
6 representadas no executivo camarário, como foi referido, na base de uma “plataforma de  
7 entendimento entre as partes”.

8 Também aqui ouvimos falar dos problemas da pobreza, da habitação e da crise demográfica,  
9 como se isso fosse uma consequência das políticas das autarquias locais e que estas caberia  
10 a responsabilidade de solucionar, quando na verdade as competências em matéria de  
11 aplicação das políticas sociais, da resposta à falta de habitação condigna, são do Estado  
12 conforme se encontra consignado na Constituição da República, ainda que as autarquia  
13 tenham sempre tido disponibilidade para serem envolvidas e participarem na solução, vejamos  
14 o caso das transferências de competências (que são exclusivamente administrativas e de  
15 assunção de encargos), que nada têm de descentralização de competências para decidir as  
16 políticas como são os casos nas áreas da Educação, Saúde e Ação Social.

17 Quanto à questão das perdas de população, infelizmente é uma situação mais complexa, pois  
18 essa perda não atinge tão só os territórios geridos por uma determinada força política, mas  
19 atinge estruturalmente todo o interior do País, e não podemos esquecer a quando da presença  
20 da Troika com o Governo do PSD, o convite feito pelo o 1.º Ministro de então para que os  
21 jovens licenciados e diplomados saíssem do País, enriquecendo outros, que também eles,  
22 ainda que ditos de mais desenvolvidos, têm as mesmas crises demográficas (e são igualmente  
23 sociedade envelhecidas), mas que captam os recursos jovens formados pelas nossas  
24 universidades beneficiando desse facto para o desenvolvimento dos seus Países, tal como  
25 nas décadas dos anos 60 (perante a ditadura fascistas), muitos trabalhadores (portugueses,  
26 turcos, e outras nacionalidades), venderam a sua força de trabalho na recuperação do pós II  
27 guerra mundial, em França, Alemanha, etc., etc.

28 **A propósito da Prestação de Contas de 2022, gostaríamos de dizer e enaltecer:**

29 **Obviamente que o ano de 2022, foi marcado pela aprovação da Candidatura de Évora**  
30 **Capital Europeia da Cultura 2027 um processo que nos deverá engratecer a todos e**  
31 **motivar-nos para o desenvolvimento do nosso território alavancado na Cultura ...como**  
32 **nos engrateceu quando Évora, o seu centro histórico, foi classificado pela UNESCO,**  
33 **Património da Humanidade 1986. E hoje a Cidade e o Concelho transportam consigo**  
34 **“dois grandes títulos relacionados com o Património e a Cultura”, congratulamo-nos**  
35 **com tal facto.**

36 **Sobre os indicadores de gestão, relevamos com grande evidencia,** tal como já foi referido  
37 pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal:

38 **- A continuação da redução da dívida do Município (que cumulativamente se reduziu**  
39 **em 42 milhões de euros entre 2013 e 2022, menos 44,2% e no ano menos 6,9%),** mesmo  
40 num quadro de crise económica e social com origem nos impactos da doença da COVID e  
41 da Guerra na Ucrânia e o reflexo das sanções aplicadas cujos impactos tem tido efeitos  
42 boomerang nas economias da EU e em particular em Portugal;

43 **- O pagamento a fornecedores com a continuação de um prazo medio de pagamento,**  
44 **bastante inferior a 90 dias,** ainda que no ano se tenha agravado em 15 dias;

45 **- O facto de o município ter terminado o ano de 2022, sem pagamentos em atraso;**

46 **- O equilíbrio orçamental que positivamente aumentou para mais de 11 milhões de**  
47 **euros,** aumentando no último ano em mais de 1,670M€, **um crescimento de 17,8%.**

48 **- A evolução positiva do limite ao endividamento,** tendo-se aumentado só no último ano a  
49 capacidade de endividamento em mais de 5,7M€, passando para 13,6M€, quando em 2013  
50 o Município estava com uma capacidade de endividamento negativa de mais de 32M €.

1 **Em face do exposto, a Bancada da CDU irá votar favoravelmente a Prestação de Contas**  
2 **de 2022, solicitando que seja desde já considerada, esta parte final, como declaração de**  
3 **voto neste ponto da Ordem de Trabalhos.”**  
4

5 **O deputado Francisco** em relação à intervenção do deputado José Figueira disse que lhe  
6 agradece a forma absolutamente cristalina como mostrou as diferentes perspetivas que, de  
7 facto, têm para a gestão da Autarquia, daquela e de muitas outras, e que a primeira separação  
8 que fazem, dizem que há o Estado e depois há as Autarquias, compreende o que querem  
9 dizer e a Constituição também o diz, aliás não só o diz como impõe essa separação entre  
10 Autarquias Locais e o Estado, eles têm é uma perspetiva totalmente diferente, o seu  
11 entendimento é que os eleitos locais devem ser, antes de tudo, os provedores, ou os  
12 diplomatas ou o que se queira chamar, relativamente aos territórios e às populações que os  
13 elegem, é esse o principal dever e a principal responsabilidade que têm. Portanto, entendem  
14 que quem preside a uma Autarquia, quem lidera, quem a dirige executivamente, deve, antes  
15 de tudo e primeiro que tudo, comportar-se dessa forma, mas de facto têm uma visão  
16 totalmente diferente relativamente a isso, e há uma questão que é verdade, a sua força política  
17 nunca governou a Autarquia, mas os senhores governaram durante 36 anos, só com uma  
18 interrupção de 12 anos, e depois falam muitas vezes do tema da Troika, e que o PSD é que  
19 o fez, mas, curiosamente, localmente os senhores andam há 10 anos a falar da herança do PS  
20 e do PAEL e das limitações, portanto, o governo do PSD teve a maldade e foram os mauzões  
21 porque herdaram o Governo de José Sócrates e tiveram que salvar o país da falência, mas a  
22 CDU ganhou a Câmara, tem uma herança pesada, anda há 10 anos a falar dela, mas não tem  
23 maldade nenhuma e fez tudo bem, mas eles ali têm que ter algum bom senso quando  
24 analisam aquelas questões, porque é evidente que não é a Autarquia de Évora, nem a de  
25 Reguengos, nem a de Morão, que vão resolver os problemas do País nem do interior do País,  
26 mas do ponto de vista deles, de facto a Autarquia, até pela dimensão que tem no contexto  
27 regional, a Câmara de Évora, e o Município de Évora em particular, com todas as suas forças  
28 não só Municipais como com as sinergias que tem, da Universidade, da Fundação Eugénio  
29 de Almeida, das empresas que tem, tem que ter um papel liderante e não tem tido um papel  
30 liderante à dimensão que entendem que deva ter, e isso é uma visão que os separa.

31  
32 Existe também outra questão, que não vale a pena branquearem, que é quando a CDU diz  
33 que o Presidente da Câmara, que está acantonado entre ele e o vice-presidente Alexandre  
34 Varela a governar uma Autarquia desta dimensão sozinho, porque é isso que se passa, não  
35 vale a pena irem ali dizer que a Autarquia com os seus sete vereadores está a governar  
36 executivamente com sete vereadores, nem com cinco, nem com quatro, o que se passa em  
37 Évora é que há dois vereadores que exercem o poder executivo e há os outros vereadores  
38 todos, que estando ao lado da população de Évora e dos votos que os elegeram, é preciso  
39 criar plataformas de entendimento para permitir a governabilidade da Câmara e quem tem  
40 feito isso não tem sido a CDU, têm sido as forças da oposição que têm procurado encontrar  
41 essas plataformas, de forma a não bloquear o funcionamento da Câmara, e essa é que é a  
42 realidade, porque os senhores não foram capazes de encontrar nenhuma solução de  
43 governabilidade, não foram capazes de encontrar e nem a procuraram, estão ali a discutir a  
44 governabilidade da Câmara de Évora, e os senhores ganharam a Câmara de Évora com uma  
45 diferença de pouco mais de 200 votos, e a verdade é que mais de 1 ano volvido continuam  
46 os dois acantonados a governar a Câmara de Évora sozinhos, essa é que é a realidade, não  
47 vale a pena irem ali dizer aos eborenses que não é isso, porque é isso que se passa, que todas  
48 as forças da oposição para não bloquearem o funcionamento da Autarquia têm procurado  
49 pontos de entendimento e formas de ultrapassar os bloqueios, dos quais os senhores não  
50 conseguem sair, porque essa é a realidade.

51

1 **O Presidente da Câmara** informou que iria abordar apenas algumas questões, de forma  
2 muito sintética, mas que registou as várias intervenções que foram feitas.

3 Começou por dizer que é patente que têm projetos diferentes, que têm a correlação de forças  
4 que têm na Câmara, que não vale a pena estar a repetir aquilo que foi dito aquando da  
5 negociação que houve para a governabilidade da Câmara, ou para a tentativa de  
6 governabilidade da Câmara, mas era interessante poder voltar a tê-la porque poderiam  
7 recordar aqueles passos, mas não vai por aí naquele momento.

8  
9 Relativamente às questões da posição de Évora, da sua liderança e da sua situação, salientou  
10 algumas questões que lhe parecem importantes e referiu que não só a Capital Europeia da  
11 Cultura, mas também outros aspetos, demonstram o prestígio crescente, em termos nacionais  
12 e internacionais, ou seja, aquela candidatura não caiu do céu, não surgiu do nada, houve  
13 liderança, houve estratégia, houve propostas e houve um júri Internacional que fez a  
14 avaliação e escolheu Évora. Relembrou que no Congresso da Organização das Cidades  
15 Património Mundial a Câmara foi eleita para o Conselho de Administração da OCPM, que  
16 junta mais de 300 Cidades em todo o mundo, e também que foram convidados para ser  
17 líderes da rede “Mayors for Peace”, uma rede Internacional que junta um conjunto de  
18 Cidades, em termos mundiais, pela Paz, e disse que podia continuar a dar ali um conjunto  
19 exemplos que demonstram o prestígio internacional e nacional de Évora.

20  
21 Na área da economia, desafiou a que demonstrassem um outro período de tempo em que  
22 tenha havido tão grande investimento do ponto de vista privado e tão grande criação de  
23 postos de trabalho, como existiu nestes anos.

24  
25 Sobre a alteração ao PDM, repetiu que só se faz porque são obrigados a adaptá-lo à Lei dos  
26 Solos, se não se quiser isso tem que se alterar aquela questão na Legislação, mas estão a  
27 fazer uma coisa no PDM, que já informaram várias vezes porque é possível fazer, que é  
28 alterar as densidades de habitação do solo, onde é possível alterar, em particular de Oha para  
29 lha, o que significa que mesmo havendo a redução do solo que a Lei impõe, conseguem  
30 aumentar a oferta de solo habitacional, o que é um dado importante.

31  
32 Acerca da sobrevalorização do Orçamento, informou que por força da Lei as  
33 sobrevalorizações do Orçamento são obrigatórias, porque a Lei impõem que todas as  
34 despesas sejam cabimentadas no Orçamento, ainda que não esteja previsto o seu pagamento  
35 no próprio ano, e foi por isso que o Partido Socialista em 2012/2013 atingiu a fantástica  
36 quantia de valores orçamentais que chegaram a ser superiores a 110 milhões de euros,  
37 quando o valor real não chegava a 40 milhões de euros, porque tiveram que incluir a dívida  
38 no Orçamento e sabem que há um desfasamento no Orçamento de 10 milhões de euros, já o  
39 disse, que será tanto maior quanto maior for a dívida que não for paga no ano em causa,  
40 portanto, têm que falar verdade para que as pessoas saibam aquelas questões e possam  
41 discutir aquele tipo de situações.

42  
43 Destacou que terá todo o gosto, mas não ali, de dar as respostas relativamente a algumas  
44 outras questões que foram colocadas mas, em relação ao tempo de apresentação das Contas,  
45 referiu que distribuíram os documentos à Assembleia Municipal dentro do tempo que o  
46 Regimento lhes coloca, ainda que a Lei lhes desse um tempo inferior, mas distribuíram os  
47 documentos em tempo útil, e o que disseram foi que aqueles documentos só seriam  
48 discutidos se fossem aprovados na Câmara Municipal e foi isso que aconteceu.

49  
50 Em relação à questão da ESAG, realçou que o Município de Évora não pode suportar os  
51 valores com competências que são responsabilidade do Estado, e a posição da Câmara em

1 relação à ESAG já foi ali dito, e voltou a repetir, de que disseram que se candidatavam desde  
2 que houvesse projeto. Constatou-se que não havia projeto, que não era possível nem à  
3 Câmara nem ao Estado candidatarem-se porque, pura e simplesmente, não havia projeto,  
4 portanto, é uma falsa questão dizer que se perdeu, ou faltou não sei o quê para se ir aproveitar,  
5 os 2 milhões de euros que havia, de facto havia 2 milhões de euros mas não havia projeto, e  
6 foi isso que sempre disseram. Chegaram a fazer um acordo com uma Secretária de Estado,  
7 que agora já não está no Governo e até faz comentários políticos sobre a matéria, que era  
8 uma coisa simples e justa, que foi estipulado e foi acordado e têm todos aqueles dados  
9 escritos, em que o Governo faria o projeto e a Câmara suportaria a componente nacional  
10 para a obra da ESAG, em contrapartida o Governo ajudaria, por exemplo, em componentes  
11 nacionais para Escolas da responsabilidade do Município, que era uma troca justa, mas não  
12 foi cumprida, portanto, é bom que aquelas coisas sejam ditas porque são importantes.

13  
14 No que diz respeito à perda de população, aludiu a que têm falado no interior do País mas  
15 2/3 do País perdeu população, e como é sabido até Lisboa perdeu milhares de pessoas, a  
16 Capital Portuguesa não aumentou a população, será porquê, terá a ver com que razões, ou  
17 seja, as razões têm a ver apenas com questões locais ou têm a ver com outras questões. Disse  
18 ainda que a questão da população é um dado importante e terão todo o gosto em um dia  
19 também poderem falar sobre aquela situação.

20  
21 Relativamente à questão da maximização da receita, disse que foi o que começaram a fazer  
22 em 2013/2014, apesar de ser dito que a receita se tem mantido, não é verdade, a receita tem  
23 aumentado, não na medida que gostariam, e deu o exemplo do gravíssimo problema em  
24 relação à receita da água que em 2013 havia uma dívida na ordem de quase 7 milhões de  
25 euros, da qual a grande maioria estava perdida em termos práticos, mas ainda conseguiram  
26 recuperar quase 3 milhões de euros ao longo do tempo, com acordos de pagamento, e  
27 considerou que poderiam e deveriam ter feito mais mas não conseguiram porque era muito  
28 complicado, não o pequeno devedor a quem até perdoaram dívidas por não as poderem  
29 pagar, mas aos grandes devedores, grandes empresas e instituições, até do Estado, que  
30 deviam milhares de euros ao Município. Referiu que a situação melhorou substancialmente  
31 mas que se agravou com a pandemia, porque deixaram de fazer cortes de água e tiveram de  
32 dar outro tipo de apoios às pessoas, mas têm um plano de melhoria da receita e da eficácia  
33 no tratamento e na recolha da receita e reconheceu que podem ainda melhorar  
34 substancialmente com a adequação das taxas para aquilo que devem ser as políticas do  
35 Município.

36  
37 Relembrou que a Taxa Turística foi iniciativa no mandato anterior, porque entenderam que  
38 devia ser ponderada e fizeram uma discussão pública sobre aquela matéria. em que disseram  
39 que pretendiam que o valor da Taxa Turística tivesse aplicação em três componentes, a  
40 primeira para a promoção externa de Évora, a segunda para a valorização e recuperação  
41 patrimonial de Évora e a terceira para as questões de higiene, limpeza e outros tipos de  
42 situações. Referiu que foi discutido mas ficou parado por via da pandemia, mas têm os  
43 estudos todos feitos, foram divulgados, houve pessoas a favor e outras contra, e não tem que  
44 haver tabus relativamente àquela matéria, pelo contrário, porque não estão a falar de uma  
45 taxa que se aplica aos residentes, estão a falar de uma taxa que se aplica a quem visita Évora,  
46 que tem um impacto sobre Évora, portanto, podem e devem discutir aquela questão.

47  
48 Concluiu, referindo que as plataformas de entendimento se fazem entre todos, não se fazem  
49 apenas unilateralmente, ou não se fazem se uma parte disser que não quer fazer, portanto, é  
50 com aquela correlação de forças que têm que trabalhar e cada um tem de assumir as suas

1 responsabilidades, e da parte deles o que têm dito é que continuar a fazer os consensos  
2 possíveis para dar resposta às questões que interessam a Évora e aos Eborenses.

3  
4 **O deputado Francisco Brito** começou por esclarecer o deputado José Figueira sobre ter  
5 dito “distinção de Évora como Património da Humanidade”, que não é Évora, é o Centro  
6 Histórico, que Évora não está toda classificada, é uma questão de precisão que é importante  
7 para quem ouve perceber isso. Sobre a questão das Transferências de Competências do  
8 Governo para a Câmara Municipal, para os Municípios no geral, disse que concorda, no  
9 geral, com tudo o que o deputado disse, mas tem pena que não tenha falado assim no ponto  
10 anterior, porque a verdade é que falou que o Governo passa competências administrativas  
11 para os Municípios e que não passa nada que seja do poder político ou de decisão política, e  
12 falaram exatamente nisso nos Contratos Interadministrativos, porque o que acontece entre o  
13 Município de Évora e a Juntas de Freguesia é puramente administrativo, não existe nenhuma  
14 questão política na gestão dos refeitórios ou dos transportes escolares, portanto, também é  
15 uma Transferência de Competências e a CDU não tem o mesmo entendimento. Em relação  
16 ao investimento privado que o senhor Presidente da Câmara referiu, disse que não consegue  
17 perceber, que aquele é um tema que o senhor Presidente tem abordado várias vezes e abordou  
18 muito na campanha autárquica de 2021, a ligação entre o investimento privado em Évora e  
19 o Município de Évora, porque a maior parte daquele investimento privado é da total  
20 responsabilidade, ou todo ele é da responsabilidade das empresas, em que o Município de  
21 Évora apenas tem que fazer aquilo que legalmente tem que fazer, que é legalizar ou licenciar  
22 os investimentos, as implantações das fábricas, das empresas, aliás, sabem que existiu um  
23 conjunto de empresas que não se instalaram em Évora por problemas de ligação e de  
24 relacionamento com a Câmara Municipal, portanto, faz-lhe alguma confusão ouvir falar o  
25 Presidente da Câmara, ou seja quem for da Câmara Municipal, sobre o investimento privado  
26 e vangloriarem-se, de certa forma, com aquele investimento porque, de facto, não consegue  
27 relacionar uma coisa e outra, mas se o senhor Presidente da Câmara o conseguir esclarecer,  
28 agradecia.

29  
30 **O Presidente da Câmara** começou por esclarecer que os Contratos Interadministrativos  
31 não são Transferência de Competências, são Delegação de Competências, que foi negociada  
32 e passou o poder político para as Juntas de Freguesia, o que significou um aumento 18,5%  
33 nas verbas das Juntas de Freguesia, ou seja, cumpriram aquilo que têm dito relativamente às  
34 Transferência de Competências do Governo.

35  
36 Relativamente à questão do investimento privado, disse que percebe que digam que a  
37 Câmara não tem intervenção nenhuma, que o investimento privado apareceu caído do céu,  
38 que não tiveram nenhuma intervenção nos investimentos turísticos que foram feitos, a  
39 começar pelo Vila Galé, que não tiveram intervenções na Mecachrome e noutras empresas  
40 da área da aeronáutica, mas não caíram certamente por acaso aqui, o papel de prospeção, de  
41 atratividade, de negociação que ouve por parte da Câmara foi muito importante. A propósito,  
42 deu como exemplo de que hoje teve uma reunião com um investidor, que não revela quem  
43 por não saber se ficara, mas se ficar será um investimento, em termos industriais, na ordem  
44 dos 17 ou 18 milhões de euros, se vai resultar ou não, não sabe, às vezes também há muitas  
45 intenções de investimento que não são bem intenções de investimento, são outra coisa, mas  
46 o que é facto é que houve investimento e tem estado a verificar-se investimento, portanto  
47 são visões diferentes.

48  
49 **O deputado Natanael Vinha** informou que escreveu umas notas em relação à questão das  
50 Contas, porque é o ponto de apresentação dos Documentos da Prestação de Contas, e como  
51 fez algumas perguntas estava à espera de ouvir números, não estava à espera que o senhor

1 Presidente da Câmara respondesse a todas as questões, mas que respondesse pelo menos a  
2 uma que já era uma vitória, mas não, preferiu falar de descentralização, se é boa, se é má,  
3 etc., etc. Disse que não haveria investimento em hotéis, nem outro qualquer investimento em  
4 Évora, se não tivesse existido um período antes de desenvolvimento, que teve custos,  
5 naturalmente, e que se reflete nas contas da Câmara, mas que foram diabolizados pela então  
6 oposição da CDU, seja o PDM que permitiu fazer o hotel que referiu, seja o parque da  
7 indústria aeronáutica que agora está a ser aumentado, sejam todas as outras aberturas que se  
8 deram na Cidade e que permitiram que nos anos vindouros os senhores fizessem alguma  
9 coisa, fizeram muita coisa, não fizeram foi tudo o que acham que podiam ter feito, mas isso  
10 é outra conversa, é uma questão de grau, não é uma questão de ação.

11  
12 Retomando a questão da Prestação de Contas do Município, referiu que têm acesso a  
13 dezenas, centenas, milhares de páginas, de horas e horas de apresentações, intervenções,  
14 respostas e opiniões, mas que não é admissível terem que fazer um curso superior na área  
15 para conseguir descodificar, minimamente, o assunto, e que a Câmara Municipal tem a  
16 obrigação de conseguir comunicar o mínimo aos cidadãos sobre como é que se organizam  
17 as suas contas, onde é que gasta o dinheiro, a fazer o quê, foi por isso que fez aquelas  
18 perguntas mas não conseguiu obter nenhuma resposta, mas é educativo fazer com que os  
19 cidadãos valorizem o que despendem com os impostos, com as contribuições, mas era  
20 interessante, nem era por uma razão política era por uma razão pedagógica para o cidadão,  
21 saber em que é que se gasta o seu dinheiro para não passarem a vida a chamar “ladrões” aos  
22 políticos que gastam o seu dinheiro sem saberem onde, pensa que têm essa obrigação.

23  
24 Considerou que é um mistério como se organiza a Câmara, como são utilizados os recursos  
25 públicos ao seu dispor e com que critérios, lembrou que o senhor Presidente da Câmara é  
26 um cidadão com mais de 30 anos de presidências de Câmaras Municipais, eleito em Évora  
27 há 10 anos, logo com vasta experiência na gestão autárquica e, por isso, com pouca margem  
28 para alegar desconhecimento ou dificuldades em se fazer explicar e que a CDU, no seu  
29 conjunto, tem centenas de anos de experiência autárquica, mas o exercício de 2022 ficou  
30 marcado pelo orçamento ter sido aprovado em março, disseram que havia razões várias e  
31 ninguém contestou, talvez por isso este ano foram brindados de novo com o inadmissível  
32 atraso, não é natural e terá certamente consequências e impactos, como o impacto da  
33 assinatura dos Contratos, decorrido já mais de 1/3 do ano, como foi patente na discussão  
34 anterior.

35  
36 Referiu que não ficaram admirados que ao mesmo tempo que sistematicamente lhes dizem  
37 que são necessários programas financeiros para fazer o mais básico, depois não se consiga  
38 concretizar e utilizar os instrumentos existentes para esses fins, nomeadamente,  
39 desperdiçando os Fundos Comunitários existentes, e lembrou que só conseguiram executar  
40 1,5 milhões de euros de Fundos Comunitários no ano de 2022, ano da reta final dos Fundos  
41 Comunitários, em que quase que pediam por favor às Câmaras e a todos os agentes  
42 económicos que gastassem o dinheiro existente, para não terem de o devolver.

43  
44 Informou que, caso não saibam os membros da Assembleia e todos os que os ouvem, a  
45 Câmara Municipal de Évora tem no seu organigrama uma Unidade de Planeamento,  
46 Auditoria e Modernização Organizacional, que não é de agora mas que não tem ninguém  
47 que a dirija e duvida que tenha alguém para receber um e-mail ou atender o telefone, chama-  
48 se UPAMO e está no organigrama da Câmara, mas se não está lá ninguém para fazer  
49 planeamento, para fazer auditoria, para fazer modernização organizacional, todo o discurso  
50 teórico é dizer que se faz mas na prática não é o que acontece, pouco ou nada é feito em

1 tempo, e continuam a ouvir queixas de tudo e de todos tentando aligeirar responsabilidades,  
2 na sua maioria exclusivamente próprias.

3 Considerou que a atuação dececionante e desesperante do Executivo da Câmara, isenta do  
4 jargão que já conhecem, fosse avaliada pelas “lentes” da CDU noutra lugar qualquer, tem a  
5 certeza que essa avaliação seria demolidora, se uma CDU qualquer chegasse ali e olhasse  
6 para a situação demolia aquela atuação, a avaliar pelo que se conhece de outros os lados, de  
7 outros sítios, da forma como se comporta, como faz oposição, seria óbvio a falta de eficácia  
8 da Câmara. Disse que também os preocupa a falta de transparência e eficácia de processos,  
9 o Executivo faz pouco e não lhes sabe dizer em que é que gasta os recursos ao seu dispor,  
10 qual é a evolução na utilização desses cursos e com que critérios, pelo que se dúvidas  
11 houvesse bastaria saber das dezenas e dezenas de alterações orçamentais que vão sendo feitas  
12 diariamente, para tirar daqui para por ali e dali para pôr aqui, e que as contas aprovadas já  
13 só refletem, com sorte, metade do Orçamento que foi aprovado inicialmente e realçou que o  
14 PS se absteve no Orçamento e na apresentação de Contas, mas que não restem dúvidas que  
15 isso só responsabiliza a CDU e a sua gestão desastrosa.

16  
17 Referiu o processo de desvio de fundos por parte do ex-tesoureiro da Câmara Municipal de  
18 Évora, em que desapareceram centenas de milhares de euros antes que alguém tivesse dado  
19 por isso, embora tal possa sempre acontecer e não seja possível controlar tudo e todos em  
20 todos os momentos, mas a situação ilustra as deficiências existentes e a urgência de uma  
21 mudança que os Eborenses anseiam, e é obrigação deles ser exigentes, trabalham para essa  
22 mudança e o tempo está a esgotar-se, embora não ignorem as dinâmicas da descentralização,  
23 da demografia, das dificuldades várias existentes, mais estruturais ou mais conjunturais, não  
24 são essas questões que estão ali em causa, naquele momento, são as contas e onde é que é  
25 gasto o dinheiro, o que está em causa é que sabem, no global, quanto é que gastam com os  
26 trabalhadores, sabem quais são as empreitadas e as aquisições, sabem todas as faturas pagas,  
27 mas isso não é transparência e diz muito sobre as prioridades e como se relacionam entre si,  
28 porque não sabem em que é que os montantes disponíveis são utilizados verdadeiramente,  
29 acredita que o Executivo da Câmara tem 1 ano para demonstrar que ele está enganado, o  
30 desmentir e apresentar umas Contas capazes de sustentar uma discussão sobre as prioridades  
31 da governação municipal, de demonstrar com ações o que passa o tempo a propagar pelo  
32 verbo, porque, por muito certa que esteja a soma das faturas no fim da conta, é inaceitável  
33 os Eborenses serem tratados como se não tivessem capacidade para avaliar e refletir sobre  
34 como e onde são gastos os recursos do erário público dentro das competências e à guarda da  
35 sua Câmara.

36  
37 **O Presidente da Câmara** começou por aludir que sabe que o senhor Deputado teve alguma  
38 intervenção na gestão das Câmaras PS, anteriores a 2014, pelo que em relação às Contas  
39 propôs que fizessem uma comparação com a apresentação da Prestação de Contas feitas pela  
40 CDU desde 2014 e as que o PS fazia antes, em termos de informação, de capacidade de  
41 informação, de disponibilidade de informação, porque mostrava bem a evolução que se  
42 ganhou relativamente aquela matéria.

43  
44 Sobre o Organigrama da Câmara, esclareceu que está claro e é conhecido, portanto, sabe-se  
45 perfeitamente como é que a Câmara está organizada.

46  
47 Relativamente aos Fundos Comunitários, disse que estão ali num edifício que foi recuperado  
48 com Fundos Comunitários, há já 3 anos, onde investiram mais de 1,5 milhões de euros, tal  
49 como se investiu no Teatro Garcia de Resende cerca de 1,5 milhões de euros e no Salão  
50 Central investiram 2,5 milhões de euros.

51

1 Acerca da questão das alterações orçamentais, relativamente às que o PS fazia reduziram  
2 para menos de 1/3 as alterações orçamentais, portanto, têm que ter ali algum cuidado, a seu  
3 ver, nessa situação.

4  
5 Terminou salientando que da sua parte terá todo o gosto em procurar responder sobre as  
6 Contas, no que for possível responder e que não esteja já respondido na perceção das Contas.

7  
8 **O deputado Natanael Vinha** pretendeu deixar claro que não teve nenhum papel na gestão  
9 do PS anterior, que não foi eleito, que foi a sua primeira vez eleito num órgão Municipal em  
10 Évora e até foi primeira vez em que foi candidato. Disse que teve uma colaboração com as  
11 pessoas que estavam na altura e o que sempre viu, e que avaliou de muito importante até  
12 para a sua aprendizagem, foi um empenho muito grande em construir, em levar a Cidade e  
13 o Concelho para a frente, em fazer tudo o que estava ao alcance, muitas vezes com prejuízo  
14 pessoal e até da sua honra pelo que era dito, inclusive pelas oposições em público e em  
15 anónimo, e que felizmente parece que já está mais esbatido na Cidade hoje em dia.

16  
17 Sobre as Contas, não disse que deviam estar perfeitas amanhã, todos sabem qual é a evolução  
18 das Contas em geral, desde o 25 de Abril até hoje, estão um pouco mais avançadas, e nada a  
19 ver com o que se passava há 10 anos atrás. Portanto, o que se exige é que existam melhorias,  
20 mas também não disse que não houve nenhuma, tem é a ambição e desejava que fossem  
21 mais rápidas, que se passaram 10 anos e existiam todas as condições para a CDU, com o  
22 “know-how” que tem, já ter o processo muito mais avançado e ser capaz de prestar as Contas  
23 com a rapidez e com o nível de detalhe que foi ali referido, e foi isso que quis dizer.

24  
25 Acrescentou também que está disponível para responder que a Cidade nunca se teria  
26 desenvolvido sem custos, é verdade, se tivesse à míngua da água, se houvesse racionamento  
27 da água, se não tivessem sido gastos 20 ou 30 milhões de euros para poder haver água com  
28 quantidade e qualidade para se instalarem hotéis e toda a gente e a Cidade funcionar, senão  
29 como estariam hoje com as secas e o problema da dificuldade de água que existe, e foi caro,  
30 mas as opções foram todas boas, não foram, aliás, quem esteve no terreno arrependeu-se  
31 delas e disse-o em público, em muitos casos antes ainda de se ir embora, portanto, uma coisa  
32 é certa, hoje têm água em casa de dia e de noite em todos os 365 dias do ano, salvo ruturas  
33 e outros problemas não previstos, porque houve um investimento naquela altura, podia ter  
34 sido mais barato, podia, era muito barato se ela tivesse fechada e não corresse na torneira e  
35 ninguém garante que a água corresse na torneira se esse investimento não tivesse sido feito  
36 na altura, ainda com custos elevados, essa é a ideia que tem e ainda não o conseguiram  
37 convencer, apesar da insistência na despesa.

38  
39 **O Presidente da Câmara** elucidou o deputado Natanael que, à data, havia uma proposta e  
40 um projeto para o sistema intermunicipal de água e saneamento, que foi elaborado pelos 13  
41 Municípios que na altura entenderam participar, da CDU e do PS, que constituiria um  
42 sistema comum intermunicipal, com investimento para resolver esses problemas, mas com  
43 os custos substancialmente mais baixos, mas o projeto que foi “rompido” exatamente com a  
44 entrada do PS que optou pelo sistema multimunicipal que já custou, não só à Câmara mas  
45 também aos Eborenses, 150 milhões de euros.

46  
47 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do Presidente e dos  
48 eleitos, e não verificando pedidos, submeteu os presentes Documentos da Prestação de  
49 Contas 2023, a votação.

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que se ausentaram da Sessão a deputada  
2 Ana Beatriz Cardoso e o deputado Isidro Lobo.

3  
4 **Deliberação dos Documentos da Prestação de Contas 2023:**

5 **Aprovada por maioria**, com 10 votos a favor (8 da CDU, 3 do MCE e 1 do MMPI) e 18  
6 abstenções (12 do PS, 5 do Mudar Com Confiança e 1 do BE), verificando-se 28 presenças

7  
8 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que vão passar ao Ponto 6.

9  
10 **6. Alteração Orçamental Modificativa aos Documentos Previsionais de 2023 -**  
11 **Integração do Saldo de Gerência.**

12  
13 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

14  
15 **O Presidente da Câmara** informou que se trata apenas da integração do Saldo de Gerência  
16 nas Contas do presente ano, que é um movimento que tem que ser feito também nesta altura  
17 e, portanto, é apenas a inserção nas Contas do Saldo de Gerência.

18  
19 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do Presidente e não  
20 verificando pedidos, submeteu Alteração Orçamental Modificativa aos Documentos  
21 Previsionais de 2023 - Integração do Saldo de Gerência, a votação.

22  
23 **Deliberação dos Alteração Orçamental Modificativa aos Documentos Previsionais de 2023 -**  
24 **Integração do Saldo de Gerência.**

25 **Aprovada, por maioria**, com 11 votos a favor (6 da CDU, 3 do MCE, 1 do BE e 1 do MMPI) e 17  
26 abstenções (12 do PS e 5 da Coligação Mudar com Confiança), verificando-se 28 presenças

27  
28 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que vão passar ao Ponto 7.

29  
30 **7. Regulamento do serviço de Atendimento e Acompanhamento Social do**  
31 **Município de Évora.**

32  
33 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

34  
35 **O Presidente da Câmara** referiu que aquele Regulamento permite dar resposta às  
36 diferenças da Transferência de Competências. Esclareceu que é uma primeira versão que  
37 pretende estabelecer uma base formal para o funcionamento, mas admite que, com a  
38 experiência de acompanhamento e atendimento, possam ter no futuro de fazer adequações  
39 ao Regulamento, mas permite responder às questões que se colocam no imediato.

40  
41 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do Presidente e não  
42 verificando mais pedidos, submeteu o presente Regulamento do serviço de Atendimento e  
43 Acompanhamento Social do Município de Évora, a votação.

44  
45 **Deliberação da Regulamento do serviço de Atendimento e Acompanhamento Social do**  
46 **Município de Évora.**

47 **Aprovado por unanimidade**, verificando-se 28 presenças.

48  
49 **IV – PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

50

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** informando o início do segundo período de  
2 intervenção do público, questionou se havia algum pedido de intervenção. Verificando não  
3 haver pedidos de intervenção por parte do público, o **Presidente da Assembleia Municipal**  
4 deu por terminada a Ordem de Trabalhos.

5  
6 **APROVAÇÃO EM MINUTA**

7 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Ata em minuta vai ser lida pela 2ª  
8 Secretária, Maria da Nazaré Lança.

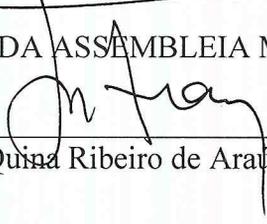
9  
10 *“Aos 28 Dias do mês de abril de 2023, pelas 21 horas, no Palácio D. Manoel, realizou-se a*  
11 *sessão da Assembleia Municipal de Évora de Évora, tendo sido deliberado o seguinte: foi*  
12 *aprovado por unanimidade a Atribuição de dominialidade pública a troço na Estrada dos*  
13 *Aliados, na União das Freguesias de Bacelo e Senhora da Saúde; foi aprovada por*  
14 *unanimidade a Atribuição de dominialidade pública a troço na Tapada do Esquinaleiro; foi*  
15 *aprovado por unanimidade a Celebração de Contratos Interadministrativos com as Juntas*  
16 *de Freguesia para o ano de 2023; foi aprovado por maioria a Prestação de Contas 2022;*  
17 *foi aprovado por maioria a Alteração Orçamental Modificativa aos Documentos*  
18 *Previsionais de 2023 - Integração do Saldo de Gerência; foi aprovado por unanimidade o*  
19 *Regulamento do serviço de Atendimento e Acompanhamento Social do Município de*  
20 *Évora”.*

21  
22 **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a Ata em minuta.

23  
24 A Assembleia Municipal de Évora deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas as  
25 deliberações tomadas da presente Ata, nos termos do nº 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei nº  
26 75/2013, de 12 de setembro.

27  
28 Não existindo mais assuntos para tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por  
29 terminada a sessão pela uma hora e quarenta minutos do dia seguinte, da qual para constar  
30 se elaborou a presente Ata que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

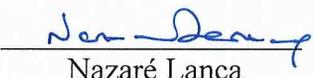
31  
32  
33  
34 O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

35  
36  
37   
38 Jorge Quina Ribeiro de Araújo

39  
40  
41 O 1º SECRETÁRIO

42  
43   
44 Mário Monginho

A 2ª SECRETÁRIA

45   
Nazaré Lança